UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

CARLOS OLIVEIRA

ELITE POLÍTICA DO TOCANTINS: ORIGEM SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DE SEUS MEMBROS

Palmas/TO

2020

CARLOS OLIVEIRA SANTOS

ELITE POLÍTICA DO TOCANTINS: ORIGEM SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DE SEUS MEMBROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em 2020. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em 2020 e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr. Antônio José Pedroso Neto

Palmas/TO

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237e Santos, Carlos Oliveira .

Elite política do Tocantins: Origem social e trajetória política de seus membros . / Carlos Oliveira Santos. – Palmas, TO, 2020.

86 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2020.

Orientador: Antônio José Pedroso Neto

1. Elite política. 2. Estado do Tocantins. 3. Origem social. 4. Trajetória. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARLOS OLIVEIRA SANTOS

ELITE POLÍTICA DO TOCANTINS: ORIGEM SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DE SEUS MEMBROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em 2020 Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em 2020 e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: _____ / _____ / ___

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto, UFT

_____

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda, UFT

_____

Prof. Dr. Marcelo Brice Assis Noronha, UFT

Palmas, 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela vida e por ele ter colocado tantas pessoas especiais em meu caminho. Cada uma, a sua maneira, contribuiu para o meu crescimento ou acadêmico ou profissional ou pessoal. Infelizmente o espaço é pequeno e não permite nominar todos vocês. Assim se por um lado eu corro o risco de ser injusto e esquecer-me de alguém, por outro lado injustiça maior seria não citar algumas pessoas que sem as quais eu não teria chegado até aqui.

Os agradecimentos estão em ordem cronológica sendo o primeiro a Ana Cláudia Martins que, além de compartilhar o edital em suas redes sociais, enviou também para mim. Foi assim que tomei conhecimento do PPGCOM/UFT. Em seguida Vera Caixeta que me incentivou a participar da seleção mesmo eu não tendo concluído minha graduação. Agradeço ao meu orientador, Dr. Antônio José Pedroso Neto, por aceitar esse projeto, por me apontar o melhor caminho para conseguir os resultados mais assertivos e também por me incentivar nos momentos difíceis (não foram poucos), e, sobretudo pela paciência em me fazer compreender o método sociológico.

Dois amigos não podem ficar de fora, Isaias Pereira Lima, amigo de infância, que me deu suporte espiritual e emocional no momento em que mais precisei, e Andson Oliveira por me receber de forma extraordinária em Palmas - TO.

Agradeço ainda ao PPGCOM/UFT, seus coordenadores e Rosana Moya que não mediram esforços para que eu defendesse essa dissertação. Agradeço, também, aos membros da banca, tanto de qualificação, quanto de defesa, por terem aceitado participar desse momento e também pelas contribuições que deram a esse texto, deixando-o mais claro e coerente. Enfim a todos vocês meu muito obrigado.

Finalizo agradecendo minha “mãe velha” (avó) que me criou e que, além de ser o meu suporte, sempre torce por mim. Por causa dela estou aqui. Obrigado “mãe velha”.

RESUMO

Nessa dissertação, procuro identificar a elite política do Estado do Tocantins e entender como ela foi formada e qual a origem social de seus membros. Também procuro entender a trajetória política de cada um de seus membros desde o início da carreira até a elite do campo político. Os conceitos de campo, capital simbólico e outros conceitos sociológicos são explicados pela teoria de Bourdieu. Para identificar a elite e averiguar empiricamente de que maneira ela atua, tanto para influenciar, quanto para impor sua decisão política dentro do campo, utilizei o método posicional. Essa metodologia leva em consideração os indivíduos que assumiram ou assumem posição formal de mando. Nesta pesquisa, considero como posição formal de mando o mandato eletivo. Assim só fazem parte da amostra quem exerceu mais de um mandato eletivo no Tocantins. O tempo de abrangência vai desde a primeira eleição após a criação do Estado (1988) até a última eleição antes de iniciar esta pesquisa (2016). Todos que venceram mais de uma eleição nesse período, quer seja eleição municipal em Palmas, Araguaína ou Gurupi, quer seja eleição estadual, tanto executiva, quanto legislativa fazem parte dessa pesquisa. A Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) é utilizada para tratar os dados obtidos. A ACM é uma técnica do campo da estatística que Bourdieu transpôs para as ciências sociais e através dela é possível sintetizar quantitativamente os dados qualitativos dispondo-os de maneira estrutural, multidimensional e relacional. Dela resultaram dois eixos que foram formados a partir de vinte e sete variáveis ativas. Esses eixos conseguem explicar o campo político do Tocantins e apontar quais trajetórias conduzem à elite do campo. A análise dos eixos gerados pela ACM revelou uma elite que foi preparada para ser elite, pois a maioria de seus membros são filhos de políticos que atuavam em Goiânia ou na região onde hoje é o Sul do Tocantins.

Palavras-chave: Elite Política, Estado do Tocantins, Origem Social, Trajetória.

ABSTRACT

In this dissertation, I try to identify the Political Elite of the State of Tocantins and understand how it was formed and what the social origin of its members. He also tries to understand the political trajectory of each of his members from the beginning of his career to the elite of the political field. The concepts of field, symbolic capital and other sociological concepts are explained by Bourdieu's theory. To identify the elite and embark on empirically how it acts, both to influence, and to impose your political decision within the field, I used the positional method. This methodology takes into account individuals who assumed or assume formal sentence. In this research, I consider the formal position of the elective mandate. So they are only part of the sample who exercised more than an elective mandate in Tocantins. The coverage time goes from the first election after the creation of the State (1988) until the last election before initiating this research (2016). All who have overcome more than one election in this period, whether municipal election in Palmas, Araguaína or Gurupi, whether it be a state election, both executive and legislative are part of this research. Multiple Correspondence Analysis (ACM) is used to treat data obtained. ACM is a technique of the field of statistics that Bourdieu transposed to the social sciences and through it, it´s possible to quantitatively synthesize the qualitative data by providing them in a structural, multidimensional and relational way. It resulted in two axes that were formed from twenty-seven active variables. These axes can explain the political field of Tocantins and point out which trajectories lead to the elite of the field. The analysis of the axes generated by ACM revealed an elite that was prepared to be elite, since most of its members are children of politicians who worked in Goiânia or in the region where today is South of Tocantins.

Keywords: Political Elite, State of Tocantins, Social Origin, Trajectory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Variáveis ativas dos eixos 1 e 2 e suas categorias..... 66
Figura 2- Campo político do Tocantins e posição dos agentes..... 74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Conjunto de variáveis socioeconômicas..... 43

Quadro 2- Conjunto de variáveis sobre comunicação..... 44

Quadro 3- Conjunto de variáveis sobre a trajetória dentro do campo político..... 44

Quadro 4- Conjunto de variáveis sobre atuação em associação, sindicato, Entidade Representativa de Classe (OAB, Federações, etc.) ou Partido Político..... 45

Quadro 5- Conjunto de variáveis sobre herança familiar..... 45

Quadro 6- Quadro das variáveis ativas..... 72

SUMARIO

1	**INTRODUÇÃO**	**11**
2	**CAPÍTULO 1: A TEORIA BOURDIEUSIANA**	**16**
2.1	**Habitus**	**16**
2.2	**Capitais**	**18**
2.2.1	Capital Cultural	18
2.2.2	Capital Social	19
2.2.3	Capital Simbólico	20
2.3	**Espaço Social**	**21**
2.4	**Campo**	**23**
2.4.1	Campo Político	24
2.4.1.1	*Discurso Político*	***25***
3	**CAPÍTULO 2: ELITE POLÍTICA NO BRASIL**	**28**
3.1	**Elite**	**28**
3.1.1	Elite Política	29
3.1.2	Recrutamento Para a Elite	32
3.2	**Elite Política no Brasil**	**33**
3.2.1	Elite Política no Tocantins	36
4	**CAPÍTULO 3: METODOLOGIA**	**41**
5	**APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS**	**47**
5.1	**Distribuição das Variáveis**	**47**
5.1.1	Variáveis socioeconômicas ativas	47
5.1.2	Variáveis socioeconômicas complementares (passivas)	51
5.2	**Conjunto de variáveis sobre carreira política**	**52**
5.2.1	Variáveis sobre carreira política ativas	52
5.2.2	Variáveis sobre carreira política complementares (passivas)	55
5.3	**O conjunto de variáveis sobre atuação sindical ou associação profissional**	**55**
5.4	**Conjunto de variáveis sobre a atuação política partidária**	**57**
5.4.1	Variáveis, sobre atuação partidária, ativas	57
5.4.2	Variáveis sobre atuação partidária complementares (passivas)	57

5.5 Variáveis sobre a família..... 58
5.6 Análise dos eixos…….....…… 60
5.6.1 Eixo Horizontal: Origem Social..... 61
5.6.2 Eixo Vertical: Capital Social..... 67
5.7 Análise ACM..... 72
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES..... 77
REFERÊNCIAS..... 79
APÊNDICES A – QUESTIONÁRIO..... 82

1 INTRODUÇÃO

Aos onze anos de idade tive o meu primeiro contato com a política. Meu tio trabalhava para um candidato a vereador em São Paulo, e ele me levava para o comitê central da campanha onde eu passava o dia vendo a movimentação de pessoas pedindo coisas. Não foi a campanha de vereador que marcou aquele ano para mim e sim a disputa pela prefeitura de São Paulo entre Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso. A repercussão que a vitória de Jânio Quadros teve na imprensa fez com que aquela campanha não saísse de minha memória até os dias de hoje e desde então, estive presente em todas as campanhas realizadas no Brasil, até iniciar esta pesquisa, ou como militante, ou como cabo eleitoral, ou orientando candidatos.

Aos 21 anos como militante do movimento estudantil, participei da criação do PGT (Partido Geral dos Trabalhadores). Em 1995, disputamos quatro eleições, porém não obtivemos êxitos o que levou, em 2003, à fusão do partido com o antigo PST (Partido Social Trabalhista) surgindo o PL (Partido Liberal), que virou PR (Partido da República) em 2006 e agora em 2019 voltou a ser PL. Em 2004, mudei para o Tocantins e me filiei ao PDT. No Estado, atuei em vários espaços dentro do partido. Fui presidente municipal e estadual de juventude, secretário metropolitano e membro do diretório Estadual do partido. Em 2013 mudei para Cuiabá e em 2014, ingressei como servidor da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) vindo a concorrer como dirigente sindical no ano seguinte, posto que ocupei até me afastar para iniciar o mestrado.

Em toda minha trajetória de militante e dirigente de juventude partidária, algumas perguntas estiveram presentes em minha mente: por que alguns candidatos se elegem e outros não? Por que algumas pessoas são escolhidas para serem candidatos e outras não? Por que alguns políticos conseguem ter uma carreira exitosa na política e outros não? À medida que eu me envolvia na rotina partidária. Essas perguntas ficavam mais latentes, porém não conseguia respostas. O ingresso no mestrado e o contato com a teoria dos campos de Bourdieu me apontaram para onde e como eu deveria olhar para obter essas e outras respostas. Assim chegamos a algumas questões que norteiam esta pesquisa: Onde e como acontece o recrutamento para a elite política do Tocantins? Qual sua origem socioeconômica? E como é desenvolvida a trajetória dentro do campo político até a elite? Observem, as perguntas não perderam sua essência, porém foram sintetizadas de forma que é possível desenvolver uma pesquisa que tenha uma resposta científica, e não um senso comum, contribuindo, dessa forma, para os estudos sobre a elite política no Tocantins e no Brasil.

Durante o processo de redemocratização do Brasil, a divisão do Estado de Goiás entrou na pauta da Assembleia Nacional Constituinte (ANC)[1]. Assim com a Constituição de 1988, o Estado do Tocantins é oficialmente criado, porém essa separação em relação ao Estado de Goiás, que resultou na sua criação, não foi algo amistoso e sim resultado de uma luta pela autonomia político-administrativa que perdurou por mais de duzentos anos. Entender esse processo histórico da criação do Estado e seus atores se faz necessário para compreensão da elite política tocantinense, pois muitos dos que participaram deste período de transição do Norte de Goiás para criação do Estado do Tocantins ainda estão presentes no campo político tocantinense.

A formação do Estado do Tocantins "foi precedida por uma construção política e social marcada por vínculos de pertencimento, por uma profunda ligação com a região" (CAVALCANTE, 2003, p. 63), que alimentou a expectativa que com a criação do Estado, o progresso chegaria à região. Assim as desvantagens econômicas e o abandono político teriam melhora após a divisão do Estado de Goiás, sendo instituído o Estado do Tocantins na região Norte. Ainda segundo Cavalcante (2003), o marco dessa luta pela autonomia político-administrativa começa com a instalação da junta provisória independente do Norte de Goiás[2] pelo desembargador Teotônio Segurado, em 1821.

Oliveira (2012) diz que essa parte onde hoje é o Estado do Estado do Tocantins constituía uma expansão da fronteira agrícola, e teve uma ocupação tardiamente do território. As áreas eram pouco povoadas, o que afetava de forma direta a composição da mão de obra empregada. Para ele, nas décadas de 1970 e 1980, os municípios próximos a Araguaína tiveram a população multiplicada na região rural devido ao amplo domínio da atividade rural, o que refletiu no crescimento na área urbana onde os trabalhadores do campo buscavam viver de forma alternativa e desordenada em aglomerações precárias nos núcleos urbanos mais antigos, que já eram deficientes no atendimento público. A mesma realidade se repetia nos centros urbanos novos em que a situação estaria se criando de modo semelhante.

---

[1] Assembleia Nacional Constituinte, conforme Bobbio (1988) no dicionário de política, é "um órgão colegial, representativo, extraordinário e temporário, que é investido da função de elaborar a Constituição do Estado, de por - em outros termos - as regras fundamentais do ordenamento jurídico estatal" (BOBBIO, et al., 1998, p. 94). Em 15 de novembro de 1986 foram eleitos os deputados federais e os senadores que compuseram a Assembleia Nacional Constituinte, do Brasil, responsável pela Constituição de 1988, na qual foi criado o Estado do Tocantins.

[2] A referência Norte de Goiás ao longo do texto está relacionada ao território que compreende atualmente o Estado do Tocantins.

São nessas circunstâncias que o discurso autonomista do Tocantins ganha força, pois, segundo Cavalcante (2003), os moradores da região acreditavam que esse seria um processo fundamental para desenvolver a região e gerar emprego e renda para a população, pois com a possibilidade de descentralização de recursos, teriam maior autonomia na alocação de investimentos. No entanto esse discurso ainda era controlado pela elite regional que se formava graças às atividades comerciais que se desenvolveram nas cidades às margens do rio Tocantins.

É neste contexto que se insere esta pesquisa. Queremos compreender como é composta essa elite política que foi formada pós-criação do Estado do Tocantins, mas com políticos anteriores a sua criação. Para isso precisamos definir o que entendemos por elite e por elite política. Essa pesquisa será orientada pela Teoria Bourdieusiana. Dessa forma, elite política se refere à elite do campo político.

O conceito de Campo, de Pierre Bourdieu (2004), está relacionado a segmentos que têm uma determinada autonomia, com leis e regras específicas, que são influenciados e relacionados a um meio social mais abrangente. Seria então um espaço onde os agentes buscam manter, ou conseguir suas posições na sociedade, com disputas por capitais específicos, valorizados de acordo com as normas do campo determinado.

A partir do conceito de campo político, conseguimos compreender a realidade que é a política (jogo político). Com este conceito é possível comparar a realidade construída na política com a realidade de outros campos como o religioso, o artístico entre outros. Para Bourdieu (1989), o conceito de campo político está relacionado com um mundo social autônomo no interior de um mundo social onde existem propriedades, relações e ações encontradas no mundo global.

Para Bourdieu (1989), a posição dos agentes dentro do Campo Político é resultado do volume de seu Capital. Os Capitais têm uma relação com a forma de ver a realidade. Segundo o autor, esse conceito vai além do acúmulo de bens e riquezas econômicas, representa uma ampliação de poder e se manifesta na atividade social. A compreensão desse conceito é decisiva para entender as lutas travadas no interior do campo, pois a especificidade de cada campo social é estabelecida pelo volume que cada grupo de agentes tem desses capitais.

Além do volume do capital, o discurso político é outro produto de lutas simbólicas que os agentes travam entre si no campo político. A luta simbólica é "uma luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou transformação das divisões entre as classes" (BOURDIEU, 1989, p. 176). Segundo o autor, concebe-se que a luta simbólica é responsável pela representação legítima do mundo social, com base no monopólio da expressão legítima da verdade do mundo, em que os protagonistas de cada campo específico

do espaço social produzem as suas visões deste mundo, destacando suas ideologias com o uso dos discursos políticos.

A luta simbólica, que os políticos travam dentro do Campo, busca ampliar o capital político para assim chegar à elite. O termo elite possui um conceito variado, sendo utilizado de forma unificada para definir classes que detêm o poder político e econômico. A Teoria Geral das Elites o define como uma "minoria politicamente ativa que assume, em qualquer espécie de sociedade humana, o controle do processo de tomada das grandes decisões políticas" (SAES, 1994, p. 11). Ainda nesta mesma ideia de "minoria politicamente ativa", Codato e Perissinotto definem elite como um "grupo social que ocupa, controla e comanda as principais instituições de uma comunidade" (CODATO, 2015, p.17). Há concordância entre os autores de que elite é uma "minoria politicamente ativa". No campo político, essa minoria é chamada de elite política.

A formação do estado moderno torna possível o entendimento da formatação da elite política contemporânea, pois ela se estrutura nas instituições da sociedade civil organizada. Os estudos de elites políticas, tanto em nível nacional quanto regional, apresentam análise das origens sociais e do perfil ocupacional dos seus membros, ou seja, indagam as determinantes sociais do recrutamento e da ação política e as relações entre mudança social e distribuição do poder.

Recrutamento político é definido como um processo em que o indivíduo abandona sua vida comum e dá início a sua vida política. De acordo com Czudnowski (1975), os estudos de recrutamento político estão voltados para a análise das diferenças entre as elites e a população geral, observando mudanças gerenciais nas elites. Para Bourdieu (1989), é um processo em que devem ser considerados o percurso e as posições que são ocupadas por um mesmo indivíduo dentro do campo.

Diante dessa orientação teórica, vamos buscar entender: Onde e como acontece o recrutamento para a elite política do Tocantins, qual a origem socioeconômica de seus membros e como é desenvolvida a trajetória desde a entrada no campo político até a elite.

Alguns trabalhos apontam para a formação de uma elite regional no Norte de Goiás e de como ela se movimentava em prol da causa separatista. Cavalcante (2003) mostra que essa elite se desenvolveu principalmente na cidade de Porto Nacional, que cresceu por causa das atividades comerciais realizadas pelo rio Tocantins e por décadas ela representou o Norte de Goiás nos diferentes níveis de poder. É essa elite que de tempos em tempos traz à tona o discurso autonomista.

Oliveira (2018) apresenta um trabalho que versa sobre a elite regional do Norte de Goiás. Segundo ele, é preciso entender "as estratégias construídas na política de divisão

territorial do Brasil para que se entenda o processo de criação e estruturação do Estado de Tocantins" (Oliveira, 2018, p. 74). Para ele, essas estratégias estão ligadas tanto ao controle do território, quanto ao surgimento de lideranças políticas que fizeram com que a população entendesse que com a criação do Tocantins existia a possibilidade de construção de um estado com inclusão social e melhora, efetiva, nas condições precárias em que viviam no Norte de Goiás. Então a divisão e ocupação do território privilegiariam o interesse do nortista, gerando assim um desenvolvimento social e econômico. Ele fala da união das elites em prol da criação do Estado, porém essa união tinha em vista os recursos que seriam ampliados com a efetivação do Tocantins. Com a criação do Estado começam as disputas políticas e a luta pelo poder de mando no novo Estado. Assim começa a se estruturar a elite política do mais novo Estado da federação.

Diante deste contexto lançamos duas hipóteses.

- O recrutamento para a elite política do Tocantins acontece mais ao Norte do Estado, desta forma Araguaína, que é a maior cidade do Norte do Estado, é um dos principais locais de recrutamento desta elite.
- Boa parte da origem socioeconômica desta elite está relacionada às elites que se formaram nas cidades às margens do rio Tocantins antes da criação do Estado.

O texto foi organizado em quatro capítulos e algumas considerações. No primeiro apresentaremos a Teoria Bourdieusiana que irá orientar esta pesquisa. Organizamos os conceitos de forma que seja possível compreender a trajetória de um agente político desde a entrada no campo político até a elite do campo. No segundo capítulo, apresentamos uma breve revisão da literatura sobre elite política no Brasil e no Tocantins para que a partir das experiências do trabalho de outros pesquisadores, possamos identificar o que ainda pode ser acrescentado sobre esse tema. A metodologia será apresentada no capítulo três, onde vamos explicar como foi definida a população desta pesquisa e quais os instrumentos metodológicos que utilizamos para a análise dos dados coletados. O resultado está no quarto capítulo, onde apresentamos os dados e fazemos a análise dos mesmos. E finalizamos com algumas considerações sobre os resultados da pesquisa.

2 CAPÍTULO 1: A TEORIA BOURDIEUSIANA

Neste capítulo apresentaremos a Teoria Bourdieusiana que orienta esta pesquisa. Organizamos os conceitos de forma que seja possível compreender a trajetória de um agente político desde o momento em que ele entra no campo político até a chegada na elite do campo.

Ele está organizado em quatro pontos. No primeiro discutiremos o conceito de *habitus,* pois ele é responsável pela construção das práticas e representações dos agentes. Em seguida traremos os conceitos de capitais cultural, social e simbólico. A compreensão desses conceitos é decisiva para entender as lutas que acontecem no interior do campo político. No terceiro ponto apresentaremos o conceito de espaço social onde acontecem as relações de poder. E por fim, o ponto sobre campo que para Bourdieu (2004) é o microrganismo com regras próprias. Ainda nesse mesmo ponto discutiremos o conceito de campo político e discurso político.

2.1 Habitus

O habitus são estruturas estruturadas e estruturantes. Ele pode ser definido como um sistema em que as disposições têm maior duração. Segundo Bourdieu (1989), o habitus possui estruturas estruturantes quando é responsável pela construção de práticas e representações pelos agentes, e são estruturas estruturadas, quando são influenciadas, criadas ou recriadas pelos agentes que não seguem as normas estipuladas. Desta forma, conforme o autor, o habitus é movimento, sendo constituído por um processo de aprendizado resultante da relação entre os agentes. São de suma importância para esta formação estruturas como a família e posteriormente o convívio escolar para que sejam construídas experiências para a formação do habitus.

De acordo com Bourdieu (1989), o habitus é um conceito que vai além das terminologias propostas pelo estudo social, como o conceito de consciência e do inconsciente. Para ele o habitus rompe o paradigma estruturalista entre o sujeito e a consciência.

> eu desejava pôr em evidência as capacidades "criadoras", activas, inventivas, do habitus e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana. **O habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital** (grifo nosso). (BOURDIEU, 1989, p. 61).

A capacidade criadora dos agentes não desconsidera o que é aprendido, ou incorporado, conservando a sua função estruturante. Bourdieu (1989) define a importância da relação de

reciprocidade existente entre os sistemas de percepção, apreciação e ação, distanciando-se da rigidez da polarização imposta no objetivismo versus subjetivismo. Também define a importância de uma relação com as diferentes estruturas do ambiente social, de suas práticas, de seus diferentes campos.

Desta forma, ainda, segundo o autor, o habitus seria então a interiorização da exterioridade, e a exteriorização da interioridade. É o princípio que diferencia as práticas sociais. O habitus está fundamentado no sistema social disponível a níveis concebíveis de pensamento, percepção e apreciação, que são produto e condição da posição social ocupada pelo indivíduo. Este indivíduo, de acordo com sua experiência vivida, e com base em sua posição social, desenvolve construções mentais que têm princípios de avaliação e classificação do mundo em que vive. Ainda, segundo ele, essas práticas são relacionadas às suas preferências, gostos, estilos, linguagem e inclinações políticas e fazem com que este indivíduo tenha atitudes mentais e corporais que se adéquem a estas práticas. Desta forma, o indivíduo tem direcionamentos não naturais, ou inatos, pessoais ou aleatórios. Este administra suas estratégias pessoais e cria seus gostos de acordo com os esquemas de classificação e apreciação que lhe foram inseridos e tem a capacidade de avaliar conscientemente suas possibilidades de sucesso.

Para Bourdieu (1989), o habitus primário é desenvolvido na família, que é a posição social mais íntima ocupada. E o habitus secundário é desenvolvido principalmente na escola. Eles podem ser diferenciadores ou unificadores entre si, e juntos funcionam com princípios geradores das estratégias dos indivíduos. Segundo ele, é nos espaços sociais que os agentes racionais realizam práticas que reproduzem ou transformam as estruturas sociais. A racionalidade não é uma razão autoconsciente, mas é uma operação do habitus em sua prática, seguindo as classificações do agente para que se chegue a esta racionalidade sem que exista uma representação explícita.

> A operação prática do habitus, isto é, de esquemas geradores de classificações e de práticas classificáveis que funcionam na prática sem chegar à representação explícita, e que são o produto da incorporação, sob a forma de disposições, duma posição diferencial no espaço social (BOURDIEU, 1989, p 133).

Entende-se que as práticas do indivíduo não são estrategicamente concebidas de forma inconsciente, nem são irracionais, nem são o produto de um cálculo objetivo efetuado de forma consciente. São, então, resultados de programas que possibilitem de forma intencional, mesmo sem intenção, a classificar, escolher e distinguir. Desta forma, o princípio que cria as práticas é o meio-termo entre um sistema de relações e posições sociais e o sistema de práticas absorvidas.

Sendo assim, quando os agentes ocupam posições próximas no espaço social, vão possuir volumes iguais de capital, assim o habitus também estará relacionado com o habitus de classes. Deste modo esses indivíduos terão as mesmas práticas, como afinidades simbólicas e encontros pessoais, presentes na mesma classe de habitus, constituindo, assim, recortes sociais.

2.2 Capitais

Os capitais têm relação com a forma de ver a realidade. Para Bourdieu (1989), esse conceito vai além do acúmulo de bens e riquezas econômicas, representa uma ampliação de poder e se manifesta na atividade social. A compreensão desse conceito é decisiva para entender as lutas travadas no interior do campo, pois a especificidade de cada campo social é estabelecida pelo volume que cada grupo de agentes tem desses capitais.

Bourdieu (1989) formata os conceitos de capital cultural e capital social, que estão relacionados às heranças culturais, às possibilidades de acesso e inserção do agente relacionado a posturas instituições, sujeitos e conhecimentos. Para este autor, o capital cultural tem seu resultado na carga cultural que recebemos desde nossa primeira socialização até o final da vida. Este capital definirá gostos, postura e a relação e familiaridade ou não com certas práticas culturais.

O capital social, segundo Bourdieu (1989), está relacionado ao envolvimento em redes de relações em que os agentes estão ligados, possibilitando a entrada deste agente em alguns campos, contribuindo para que este agente alcance uma posição de maior prestígio ou poder nestes campos. A união desses capitais gera o conceito de capital simbólico, que está relacionado ao prestígio e à honra que nos permite identificar os agentes no espaço social.

2.2.1 Capital Cultural

A necessidade da definição de capital cultural surgiu, segundo Bourdieu (1989), como uma opção para delimitar a diferença da capacidade do desempenho escolar de crianças que vieram de classes diferentes da sociedade, desmontando o conceito de que este desempenho seja uma consequência única de aptidões naturais.

Sendo assim, Bourdieu (2005) considera que o capital cultural pode ser analisado sob a forma do Estado incorporado, que considera a forma de disposições duráveis do organismo; do Estado objetivado, que foca os bens culturais materiais, como livros, quadros, por exemplo;

e sob a forma de Estado institucionalizado, relacionado ao certificado escolar. Para ele sob a visão do Estado incorporado, presume-se que a acumulação de capital cultural esteja ligada ao indivíduo, porém a sua acumulação demanda tempo e exige uma incorporação. O trabalho é da pessoa perante si mesma, um habitus.

Ainda conforme Bourdieu (2005), o capital cultural é um capital que não pode ser transmitido instantaneamente e sim pode ser conquistado de maneira dissimulada e inconsciente. Não pode ser acumulado além das capacidades de apropriação de um agente singular. Por isso apresenta um grau de dissimulação maior que o capital econômico, e consequentemente está predisposto a funcionar como um capital simbólico como, por exemplo, no mercado de bens culturais. Segundo Bourdieu (2005), a economia das grandes coleções de pintura é fundamentada no capital cultural. Ela ignora os valores aos que possuem um capital cultural exacerbado, dando valor à raridade deste com base em que poucos agentes teriam acesso a este material.

Para Bourdieu (2005), no Estado objetivado, o capital cultural baseia-se em escritos, pinturas, esculturas, e é transmitido assim por sua materialidade. Desta forma os bens culturais pressupõem o capital econômico. Assim o proprietário tem que conseguir ter acesso a esses bens culturais ou aos meios de exposição destes. Desta fora, o capital cultural nesta visão do estado objetivado, apresenta-se em suas propriedades particulares que transcendem as vontades individuais. Sua existência depende de forma material e simbólica, sendo condicionada à apropriação dos agentes.

Conforme Bourdieu (2005), sob o ponto de vista do Estado institucionalizado, temos a objetivação do capital cultural sob a forma de diplomas que certificam a competência cultural do agente. O diplomado também permite que se estabeleçam paralelos com o capital econômico. Esse valor financeiro é notado em agentes diplomados que recebem no mercado de trabalho a recompensa financeira por estes certificados que demonstram seu “valor” cultural. Devido a benefícios materiais e simbólicos, aos investimentos em tempo e esforço, valores são estabelecidos.

2.2.2 Capital Social

Bourdieu (1980) conceitua capital social como algo que não está reduzido ao conjunto das propriedades singulares possuídas por um agente específico. Então, observa-se casos em que indivíduos diferentes têm uma representatividade desigual em um capital econômico ou

cultural. Para Bourdieu (1980), ligações permanentes e úteis unem um grupo de agentes que possuem propriedades comuns, formando assim um capital social, resultado de um conjunto de recursos atuais ou potenciais dessa união baseada em trocas simultaneamente materiais e simbólicas que perpetuam o reconhecimento desta proximidade. Segundo o autor, a quantidade de capital social que tem acesso um agente está relacionada à extensão de sua rede de relações. Os benefícios, como lucros materiais ou simbólicos, em participar deste grupo, são diretamente proporcionais à solidariedade que o torna possível.

De acordo com Bourdieu (1980), a rede de ligações não é fruto de uma instituição natural ou social, como no grupo familiar, mas sim de uma estratégia de investimento social consciente ou inconsciente voltada para a transformação de relações necessárias e eletivas, formatando obrigações duráveis, sentimentais ou institucionais. O processo se resume a uma troca de "gentilezas" que produz o conhecimento e o reconhecimento mútuo; e reconhecimento da inclusão no grupo. Esse reconhecimento cria o grupo e determina os seus limites, resguardados por todos os membros, garantindo que os critérios deste grupo se mantenham.

Para Bourdieu (1980), este é o motivo pelo qual a reprodução do capital social é tributária, produzindo ocasiões peculiares que reúnem indivíduos semelhantes e homogêneos, sendo necessário se reafirmar constantemente este reconhecimento. Quanto maior é a representatividade deste capital social, maior é a necessidade de manutenção desta posição, sendo que o limite é representado por um agente detentor de um capital social herdado, simbolizado, e este não tem a necessidade de relacionar-se com todos os seus conhecidos.

Bourdieu (1980, p. 68) define que "até que haja uma instituição que permita a concentração nas mãos de um agente singular, a totalidade do capital social que fundamenta a existência do grupo", cada agente deve participar do capital coletivo, na proporção direta com sua contribuição ao grupo, e que suas ações, suas palavras devem sempre honrar este. Dessa forma, a concorrência interna neste grupo é limitada, não se dando a todos o direito de representação ativa. Assim os grupos formados designam o capital social a todos os membros, mas de forma desigual, podendo assim acontecer que todo o capital coletivo venha a ter representatividade em um único agente que concentra todo este poder, e isto define que todos os agentes ajam como uma única pessoa.

2.2.3 Capital Simbólico

Em relação ao capital simbólico, Bourdieu (1989) afirma que os sistemas simbólicos constituem um poder estruturante.

> Os instrumentos por excelência da "integração social": enquanto instrumento de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Uma das principais funções dos símbolos é a integração social. Esta teoria fundamenta-se em vários outros conceitos do sociólogo, como capital social, capital econômico e capital cultural, onde o capital social corresponde à rede de relações interpessoais que cada indivíduo constrói (BOURDIEU, 1980); o capital cultural é o que se acumula na forma de conhecimentos apreendidos, diplomas adquiridos etc. (BOURDIEU, 2007). Assim o conceito de capital simbólico surge da soma desses capitais e possibilita medir o prestígio ou o carisma que um indivíduo ou uma instituição possui em determinado campo.

Desse modo, o capital simbólico permite que um indivíduo desfrute de uma posição de destaque frente a um campo e "por ser um tipo de capital cuja posse permite um reconhecimento imediato da dominação do elemento que o possui sobre os demais elementos do campo, o capital simbólico é assim o instrumento principal da violência simbólica" (BOURDIEU, 1989, p. 14). Ao impor o peso de seu capital simbólico sobre os que não o possuem ou possuem em quantidades inferiores em um dado campo, o indivíduo está se valendo desta violência simbólica.

2.3 Espaço Social

As relações são importantes nos estudos de Pierre Bourdieu. Para ele os fatos sociais como a cultura, as classes, os indivíduos não se resumem como entidades que podem ser explicadas por si mesmas, mas são frutos de relações objetivas ocultas, que estão inscritas na materialidade de suas práticas. E para que estas relações possam ser entendidas é preciso que sejam teoricamente estudadas e validadas pela análise.

As relações sociais seriam então vistas como "propriedades que lhes cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis" (BOURDIEU, 1996, p.18). Observa-se então que existe um conjunto de posições sociais definidas em relação às outras práticas, tendo sua existência e coerência inteligíveis quando ocorrem relações mútuas em um conjunto de práticas também definidas em uma relação. Esse princípio faz com que a sociedade possa ser vista de

uma forma multiconceitual, criando várias tendências de relações recíprocas, antagônicas ou não. Desta forma, o social é visto como um espaço multidimensional, que considera os princípios de diferenciação, no caso os capitais.

> Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço - mesmo que tal seja em princípio concebível (BOURDIEU, 1989, p. 134).

De acordo com Bourdieu (1989), as posições relativas que existem neste espaço definem os agentes e os grupos. É preciso para o agente que existam similaridades em seu meio social, em seu espaço. Para o autor, não é possível ocupar posições opostas neste espaço apesar de que teoricamente este princípio seja possível. Para o agente, é necessário identificar-se com uma posição que pertença ao seu espaço correlacionando-se com as posições práticas exercidas pelas pessoas que também pertencem a esta mesma realidade com gostos parecidos e identidades semelhantes a que vive. A vizinhança ou afastamento dos padrões sociais demonstram uma maior ou uma menor diferença das propriedades deste meio.

Bourdieu (1989) define que quando existe uma proximidade, neste espaço social, acontece que o indivíduo terá as mesmas práticas do grupo, ou seja, participará dos mesmos gostos e escolhas. Quando existe um afastamento, este indivíduo apresentará gostos diferenciados. Dessa forma, o espaço social está diretamente ligado a conjuntos de posições exteriores, e o espaço simbólico é então formado por um conjunto de práticas sociais e a formação de signos pessoais do grupo social em que os indivíduos se reconhecem e se identificam.

Os capitais são dimensões do espaço social. Para Bourdieu (1989), existem conexões que ocorrem por causa dos capitais que são relacionados à força, sendo que o agente, posicionado em seu espaço social, é determinado pela quantidade do capital global que este agente possui, e também recebe influência dos capitais particulares na composição do capital. Essa posição é determinada por uma dominação ou subordinação perante as outras posições em maior ou menor grau. Quanto maior a quantidade do capital desenvolvido eficientemente neste espaço social, maior é a probabilidade de que o indivíduo assuma uma posição de dominação.

As relações no espaço social são relações de poder em que os agentes que são posicionados nas posições dominantes têm um maior capital simbólico, que pode ser definido como um grande prestígio, ou fama, ou seja, um destaque na sociedade. Desta forma, este indivíduo dominante impõe suas visões do mundo social de forma indireta ou direta. Bourdieu

(1989) define que os indivíduos que ocupam posições mais baixas no espaço social têm pouca possibilidade de ascensão mesmo que existam esperanças de que capitais sejam agregados como pela via escolar. Essa impossibilidade não é fruto de características que são inerentes a esses agentes, mas são condicionados pela própria oferta que é dirigida a esta posição inferior no meio social. Desta forma, os indivíduos não se permitem e não têm acesso a ambições do capital simbólico, que é determinante em suas posições sociais.

2.4 Campo

O conceito de campo para Bourdieu (2004) está relacionado a segmentos que têm uma determinada autonomia e leis e regras específicas que são influenciadas e relacionadas a um meio social mais abrangente. Seria então um espaço onde os agentes buscam manter, ou conseguir suas posições na sociedade, com disputas por capitais específicos valorizados de acordo com as normas do campo determinado.

Para Bourdieu (2004), os agentes que compõem os campos são instituídos de capitais, porém há diferenças entre os capitais de cada agente. É essa diferença que constitui as posições hierárquicas dentro do campo. Essa relação entre os agentes concebe o fenômeno de movimentação, que está relacionado ao confronto entre as posições, ou seja, "é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças" (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Dessa forma, os campos são formados por agentes que podem ser definidos como indivíduos ou instituições, que criam seus espaços ou os mantêm, determinando o que os agentes podem ou não fazer e estruturando relações objetivas entre os diferentes agentes.

Conforme Bourdieu (2004), dentro desses campos existe uma concorrência pelo controle e legitimação dos bens produzidos, estabelecendo-se relações diversas e assumindo inúmeras posturas dos agentes. Eles podem aceitar as normas, em concordância passiva em relação às regras legitimadas, ou podem assumir uma posição de contestação às regras. Ou podem ser assumidas posturas híbridas.

Existe uma relação entre o campo, o habitus e o capital. Sendo o campo um ambiente de disputas e sendo determinado por leis específicas, ele está ligado a determinados capitais, enquanto estes capitais estão sendo movimentados, valorizados ou legitimados. Dessa forma, um capital específico terá maior importância para determinado campo. No campo, o habitus também é relacionado, já que está ligado ao campo que se determina.

2.4.1 Campo Político

O conceito de campo político permite construir de maneira rigorosa a realidade que é a política (jogo político). Com esse conceito, é possível comparar a realidade construída no campo político com as realidades de outros campos como religioso, o artístico entre outros. Para Bourdieu (2011), o conceito de campo político está relacionado com um mundo social autônomo no interior de um mundo social onde existem propriedades, relações e ações encontradas no mundo global, segundo ele:

> É um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (BOURDIEU, 2011, p. 195)

De acordo com o autor, esse microcosmo fundamenta-se na separação entre os profissionais e os profanos. Dessa forma, o campo político funciona como um lugar constituído de pessoas que preenchem as condições de acesso, onde os outros, que não preenchem, estão excluídos. Assim, para Bourdieu, a separação entre profissionais e profano é resultado da constituição do campo político.

> É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento. Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiseração. (BOURDIEU, 2011, p 197)

O fato de o campo político ter sua lógica própria, ou seja, ser autônomo implica que existe um interesse político específico. Existem interesses definidos na relação das pessoas dentro de seu partido e também na relação com pessoas extrapartidárias. Para Bourdieu (2011), o funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento onde quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança segundo sua lógica própria, provocando uma conformidade com interesses inerentes ao campo, causando um distanciamento em relação aos outros indivíduos que não participam do jogo político. Como consequência desta autonomia crescente e de uma separação crescente, o campo político constitui-se como um lugar de competência específica. Bourdieu (2011) define:

> Um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado. (BOURDIEU, 2011, p. 201).

Para o Bourdieu (2011), uma grande transformação da política está ligada ao fato de que agentes considerados como espectadores tornaram-se agentes em primeira pessoa, como no caso dos jornalistas. “Para descrever o campo político atualmente, é preciso incluir essas categorias de agentes, pela simples razão de que eles produzem efeitos nesse campo” (BOURDIEU, 2011, p.202).

Segundo o autor, as lutas entre os agentes políticos têm um objeto comum que é a disputa do poder sobre o Estado. Assim as lutas pelo monopólio, em cada campo, é a luta pelo poder onde cada espécie particular de capital está ligada a um campo e tem os mesmos limites de validade e de eficácia no interior do qual está inserido. Nas lutas simbólicas do campo político, os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. Assim o capital político é uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido (BOURDIEU, 2004).

O campo político não pode ser confundido com o Estado. As lutas que se travam no campo político têm como finalidade apoderar-se de um poder sobre o Estado, ou seja, sobre os recursos econômicos e políticos que o Estado permite ter sobre os demais no jogo político. Dessa forma, o Estado será um conjunto de campos de força onde se desenrolam as lutas pela elite.

2.4.1.1 Discurso Político

Para Bourdieu (1989), os discursos políticos realizados são produtos de lutas simbólicas que agentes travam entre si no campo político. A luta simbólica é então uma luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou transformação das divisões entre as classes. Segundo Bourdieu (1989), concebe-se que a luta simbólica é responsável pela representação legítima do mundo social, com base no monopólio da expressão legítima da verdade do mundo, em que os protagonistas de cada campo específico do espaço social produzem as suas visões deste mundo, destacando suas ideologias com o uso dos discursos políticos.

De acordo com Bourdieu (1989), os agentes sociais em geral participam das lutas simbólicas e da produção dos discursos políticos, mas a elaboração desses sistemas simbólicos é uma tarefa que destinada para agentes especializados. Para Bourdieu:

> As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Conforme Bourdieu (1989), essas classes e frações de classes poderão, então, definir especialistas da produção simbólica para que a luta seja travada também no interior do campo específico, objetivando o monopólio da violência simbólica legítima, ou seja, o poder de imposição, utilizando-se de instrumentos de conhecimento e expressões realizadas de forma arbitrária do real conceito da sociedade. De acordo com o autor, nas lutas simbólicas do campo político, os agentes que a protagonizam criam conteúdo para seus discursos políticos, visando atender não somente as necessidades internas, mas necessidades externas ao campo. Neste caso, os discursos políticos são o resultado das condições sociais em que os agentes estão inseridos quando em processo de produção.

Ainda, segundo Bourdieu (1989), as ideologias ou discursos políticos são determinados e têm as suas características concebidas não só pelos interesses das classes que elas estão contidas, mas também aos interesses específicos dos que a estão produzindo e para a lógica específica do campo de produção. As necessidades internas do campo político são determinadas pela concorrência interna entre os agentes e pela estrutura social em que estão posicionados estes agentes referentes à quantidade de capital simbólico acumulado. Por outro lado, existe uma concorrência pelo monopólio de uma representação legítima do mundo social de determinados produtores de visões deste mundo, como é o caso de partidos políticos.

Para Bourdieu (1989), esses agentes procuram introduzir em seus discursos políticos elementos que possam diferenciá-los dos discursos políticos criados por seus oponentes. Visto que esses agentes internos estão dispostos de acordo com uma hierarquia, de acordo com o nível do capital simbólico que possuem, existe uma tendência para que os agentes que estão em uma condição subordinada produzam um discurso político contrário aos dominadores, e os agentes que estão em uma posição de dominância produzam um discurso político que tenha como objetivo a manutenção e perpetuação da legitimidade.

Desta forma, os produtores de discurso ao dar atendimento às necessidades internas e externas podem ter uma interferência no conteúdo que produzem. Existe uma necessidade de introduzir elementos no teor do discurso para que ele se adéque em relação aos interesses, (habitus), para aqueles agentes para o qual o discurso deverá ser destinado.

Segundo Bourdieu (1989), os profissionais do campo político “servem aos seus clientes na medida em que se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto

mais exata é a coincidência da sua posição no campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social" (BOURDIEU, 1989, p. 177).

Ainda, segundo o autor, o campo político é o local exato para as lutas simbólicas pelo poder simbólico "é o lugar em que se geram na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvida, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, etc." (BOURDIEU, 1989, p. 164). No processo de produção dos discursos políticos, os agentes do campo político (partidos, facções, militantes) tentam produzir os seus sistemas simbólicos com o objetivo de obter o poder simbólico e o poder de transformar o habitus dos envolvidos, visando a conservação ou a transformação do mundo social.

> Na concepção de Bourdieu, os sistemas simbólicos são produzidos nas "lutas simbólicas" em que se encontram envolvidos os diversos protagonistas de "campos" específicos do "espaço social". A exemplo dos demais campos, no campo político, os diversos protagonistas - partidos, facções e militantes - se encontram envolvidos em lutas simbólicas pelo "poder simbólico" (SILVA, 2005, p. 199).

Sendo assim, os agentes políticos elaboram suas perspectivas ideológicas de forma a atender as necessidades internas e externas do campo político. Essa é a forma de atuação dos partidos políticos e dos congressos, é a sua forma de agir no cotidiano de suas lutas internas que ocorrem no interior do partido.

3 CAPÍTULO 2: ELITE POLÍTICA NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma breve revisão da literatura sobre elite política no Brasil. A partir do trabalho de outros pesquisadores sobre esse tema, identificar o que ainda pode ser acrescentado. Ele está dividido em duas seções. Na primeira, apontaremos alguns conceitos que estarão presentes nesta pesquisa, começando pelos conceitos de elite (de forma geral), elite política e recrutamento para a elite. Diferentemente do capítulo anterior, aqui não será feito um aprofundamento teórico sobre eles, somente uma apresentação panorâmica, mas de modo que consiga apontar de que maneira eles serão operacionalizados nesta dissertação.

Na segunda seção, apresentaremos algumas pesquisas sobre elite política no Brasil destacando o que esses estudos apontaram sobre este tema. A análise dessas pesquisas vai apontar quais variáveis são comuns na formação de uma elite política. Com isso, teremos uma direção para olhar e saberemos quais variáveis deveremos procurar na elite política do Tocantins. Ainda, nessa mesma sessão, apresentaremos algumas pesquisas que versam sobre elites no Norte de Goiás, região em que hoje é o Tocantins, que já apontava para a formação de uma elite regional.

3.1 Elite

O termo elite possui um conceito variado, sendo utilizado de forma unificada para definir classes que detêm o poder político e econômico. A Teoria Geral das Elites define como uma “minoria politicamente ativa que assume, em qualquer espécie de sociedade humana, o controle do processo de tomada das grandes decisões políticas” (SAES, 1994, p. 11). Ainda nesta mesma ideia de “minoria politicamente ativa”, Codato e Perissinotto (2015, p. 17) definem elite como um “grupo social que ocupa, controla e comanda as principais instituições de uma comunidade”.

Para Duma (2003), existem cinco pontos fundamentais para caracterizar uma elite. Para ele, deve ser considerada a fortuna, as relações genealógicas, as funções ocupadas pelo indivíduo, a identidade do grupo e a definição de um culto da distinção e da aparência. São esses elementos que definem os mecanismos de reprodução social sendo um termo determinante já que se manifestam em todas as sociedades, e que indivíduos que controlam a sociedade possuem uma ou mais dessas características.

Heinz (1998) completa que a elite não pode ser vista somente pela perspectiva econômica ou política uma vez que a busca pela riqueza, influência, prestígio, genealogia ou conhecimento está fatalmente ligada a esses conceitos, porém existe um engajamento dessas classes para que se mantenham estruturas sociais que garantam o seu prestígio, o monopólio do poder político e a posição de comando frente às relações econômicas, sociais e políticas.

Vilfredo Pareto (1933) não vê esse conceito no sentido valorativo e sim classificatório, pois, segundo ele, elite pode designar os melhores em cada atividade. Assim "haveria em todas as esferas, em todas as áreas de ação humana, indivíduos que se destacam dos demais por seus dons, por suas qualidades superiores. Eles compõem uma minoria distinta do restante da população - uma elite" (PARETO, 1933 *apud* GRYNSZPAN, 1996, p. 36).

Desta forma, mesmo que o conceito de elite tenha uma descrição variada, há o ponto que é comum a todos os autores de que ela é uma "minoria politicamente ativa". Essa particularidade é fundamental para as pesquisas desenvolvidas nas ciências sociais, pois sempre existirá uma minoria, em várias esferas da sociedade, que detêm o poder. No campo político, essa minoria é chamada de elite política.

3.1.1 Elite Política

A formação do estado moderno torna possível o entendimento da formatação da elite política contemporânea, pois no estado moderno, as comunidades passam a ser incorporadas, unindo-se culturalmente e estruturalmente em fatores que vão desde o ensino, até o monopólio da violência que dá base à nova forma de organização da sociedade. Então a elite política moderna é estruturada através deste poder com um discurso civilizatório e um projeto de homogeneizar o país.

Para Weber (2000), o estado moderno tem fundamento na violência estratégica, que é feita de forma calculada e imparcial. A força física já estava sendo praticada anteriormente, porém a criação do estado moderno incorpora o monopólio desta violência com a finalidade do controle nacional por meio de uma elite política determinada. Para o autor, a dominação está presente em todas as relações sociais. Ela pode ser racional, tradicional ou carismática e cria o conceito de "crença na legitimidade", um mecanismo que é incorporado ao direito e utilizado pela burocracia dos Estados. Ainda de acordo com Weber (2000), a dominação carismática é um ponto fundamental para a estrutura e fortalecimento da elite política. Ele chama esse carisma

de “dotes sobrenaturais”, que é demonstrado por atos de heroísmo e executados pelo autor ou no poder intelectual ou capacidade oratória deste.

Ainda nessa ideia de estruturação do estado moderno que torna possível a formatação da elite política contemporânea, Weber (2000) traz o conceito de instituição onde o poder político se estabelece como um fundamento. Para ele, existe uma gama de definições para as instituições, e pode depender da abordagem política, social ou econômica. Ele afirma que “[…] uma associação cuja ordem estatuída se impõe, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência” (WEBER, 2000, p. 32). Essa ordem racionalmente instituída possui vários níveis de maturidade, considerando as abordagens econômica, cultural ou política, e nessas ordens vários grupos são formados com identidades e características. Esses grupos então se consolidam em representações existentes na sociedade.

Para Putnam (2000), as instituições são vistas como variáveis independentes e investigadas de forma empírica como uma mudança institucional e tem influência na identidade, no poder e nas estratégias executadas pelos agentes políticos. Dessa forma, o poder do Estado é que fundamenta a teoria de que as instituições são mecanismos de disputa política. Para o autor, as instituições tornaram-se mecanismos de transformação política, onde a elite Política pode se articular visando a consolidação do poder político que exerciam. Essa consolidação formada neste período contemporâneo é diferente do poder exercido pela elite política no período medieval em que o poder era firmado por imposição de uma força armada fixa e permanente.

Gramsci (2002) define que conforme a sociedade moderna atinge sua complexidade, com advento da modernização de fatores econômicos e sociais, os agentes ligados à política têm a tendência de se posicionarem em estruturas instituídas politicamente com a utilização de estratégias embasadas e calculadas em movimentos articulados na sociedade civil, com o intuito de conseguir o apoio que é fornecido pela burocracia e pelas instituições sociais. Dessa forma é necessário que o Estado tenha meios de governabilidade garantidos através de mecanismos racionais. Surge então, com base nessa necessidade de governabilidade, o poder fragmentado em executivo, legislativo e judiciário, onde todas essas forças têm caráter e força baseada em uma igualdade.

De acordo com Bourdieu (1989), as instituições resultam de uma complexidade formada por antagonismos e interesses, que são articulados durante o processo de modernização da sociedade e de uma comunidade. Para o autor, existe um valor simbólico no discurso que configura um dos principais elementos ao analisar as instituições. O discurso para Bourdieu

(1989) é centrado na formação do conceito de heroísmo das entidades coletivas, com uma missão de levar a civilidade ao progresso da fábrica e da ciência como um meio de modernização e de configuração de humanidade. Para o autor, essa estratégia é consciente e feita de forma calculada, utilizando o discurso moderno nas instituições baseado na razão exercida na burocracia, como descreve:

> A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos hábitos dos seus ocupantes, se geram as vontades e no qual se define e se redefine continuamente, na luta - e através da luta - a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos (BOURDIEU, 1989, p. 81).

Então, a elite política é estruturada nas instituições da sociedade civil organizada para que tenha uma capacidade de argumentação que é necessária a sociedades modernas.

Para Maltez (1996), existiram quatro inconvenientes que obstruíram a legitimação do poder da elite política e que ela fosse consolidada. Em primeiro lugar, houve uma necessidade de consolidar as formas e os mecanismos formadores do Estado como uma estrutura legalizada. Em segundo lugar, foi preciso que se criassem mecanismos que fossem incentivadores da participação efetiva dos membros da sociedade, criando assim o conceito de Nação para que isso se tornasse possível. Em terceiro ponto, existiu a necessidade de tornar possível a união das comunidades através das instituições civis e de mecanismos que possibilitassem a participação destas. Em quarta análise, o autor determina que fosse garantido o monopólio na força para a consolidação de seu poder político.

Os quatro fatores considerados pelo autor foram legitimados de acordo com a capacidade de incorporar o território dentro dos mecanismos legais. Com essa noção de território e de propriedade privada, foi estabelecida uma ligação entre o poder e o território. Essa visão de território estabelece que este instinto territorial formata uma dimensão de ordem política. Para o autor: “Só com o Estado moderno a fronteira adquiria uma dimensão de ordem política, resultante da espiritualização do próprio território” (MALTEZ, 1996, p.208).

De acordo com Bourdieu (1989), a territorialidade é uma construção ainda em estado de formação da visão simbólica de poder; de uma autoridade insustentável e de um poder racional. O conceito formal de região também tem caráter simbólico como edificação da comunidade, nas instituições da sociedade civil organizada e no discurso político da elite política regional.

Para Bourdieu (1989), existe o fato de que a geografia possui um peso teórico na definição do conceito de regionalidade. O conceito de região, mesmo não sendo limitado em seu contexto geográfico, é utilizado por outros autores. Nessa mesma linha de pesquisa, a geografia regional, a história regional e a economia da região são correntes teóricas abordadas. Para ele, no debate da identidade regional existe uma estrutura complexa de identidade cultural.

> O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O ato de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias étnicas ou regionais, como as categorias de parentescos, instituem uma realidade usando do poder de revelação e de construção exercido pela objetivação no discurso (BOURDIEU, 1989, p. 109).

Para o autor, o discurso regionalista tende à imposição de uma definição de fronteiras e faz com que a região esteja limitada. Para ele, as categorias étnicas trazem uma realidade reconhecida através do poder de revelação e de construção concretizado pelo discurso objetivo. A região é então muito mais relacionada pelo senso do que pela imposição, e o discurso ligado à elite política com base no regionalismo tem como referência uma tradição focada em sua região, portanto presa em conteúdos ligados aos costumes locais, trazendo uma noção de que existe uma autoridade cultural, tornando uma região com características de uma nação (BOURDIEU, 1989).

A elite política regional então tem a sua base em comunidades que foram organizadas observando seu caráter cultural e econômico, tendo assim uma identificação com o grupo a que elas pertencem. Desta forma a preocupação central nas investigações sobre as elites políticas, tanto em nível nacional, quanto regional é a análise das origens sociais e do perfil ocupacional dos seus membros, ou seja, indagar as determinantes sociais do recrutamento e da ação política e as relações entre mudança social e distribuição do poder.

3.1.2 Recrutamento Para a Elite

Recrutamento político é definido como um processo em que o indivíduo abandona sua vida comum e dá início a sua vida política. De acordo com Czudnowski (1975), os estudos de recrutamento político estão voltados para a análise das diferenças entre as elites e a população geral, observando mudanças gerenciais nas elites.

Existe mais de uma categoria de recrutamento. Nesta pesquisa, vamos nos restringir ao recrutamento para a elite política, que é diferente do recrutamento partidário. Enquanto o recrutamento partidário tem como objetivo construir quadros para disputas eleitorais, entendemos, conforme a literatura, que o recrutamento para a elite objetiva a sua manutenção. Para Bourdieu (2005), o recrutamento não deve ser compreendido como uma fase única e sim como um processo no qual devem ser considerado o percurso e as "posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente" (BOURDIEU, 2005, p. 81).

Ainda de acordo com Bourdieu (1989), esse processo é parte da luta política que acontece dentro do campo e tem fundamento em determinantes econômicos e sociais da divisão do trabalho político. Segundo o autor, é o que separa os "agentes politicamente ativos" dos "agentes politicamente passivos" (BOURDIEU, 1989, p. 163). Para Codato (2018), é a forma de recrutamento que irá definir o perfil da elite política.

Desta forma, o recrutamento para a elite política é um processo que faz parte da luta que acontece no interior do campo político e tem como objetivo a manutenção da elite do campo. Nesse processo deve ser observado o perfil da elite, pois ele vai orientar o método de recrutamento.

3.2 Elite Política no Brasil

Boa parte dos estudos sobre elites políticas no Brasil são desenvolvidos utilizando o método posicional, sendo que o legislativo é quem tem recebido maior atenção por parte dos pesquisadores. A carreira política é um ponto em comum nesses estudos.

A pesquisa de Miguel (2003) é uma das que utiliza o método posicional. Nela ele analisa a trajetória de 2.016 deputados federais eleitos nos pleitos de 1986, 1990, 1994 e 1998. Nesta pesquisa, ele demonstra como se estrutura uma carreira política no Brasil, ou seja, do início da carreira até chegar à elite do campo político. Ele apresenta essa carreira de forma piramidal com o cargo de vereador ocupando a base, "sendo a posição eletiva de menor prestígio político", porém importante, pois é a "entrada" no campo político. Seguido seu argumento, o cargo de presidente ocupa o topo, a elite do campo. O caminho entre a base e o topo é a construção da carreira política. De acordo com Miguel (2003):

> É possível dizer que o campo político se estrutura como uma carreira hierarquizada, com formato aproximadamente piramidal. Como regra geral, postula-se que quem está na base da pirâmide deseja ascender, mas como as vagas em cada etapa superior são cada vez menos abundantes, gera-se uma competição permanente (MIGUEL, 2003, p. 115)

Essa estrutura piramidal com a “carreira hierarquizada” facilita a compreensão da luta pelo poder dentro do campo político, onde a disputa pelos postos de comando mais elevados é constante, pois são eles que podem levar ao topo da pirâmide. Essa busca pelo topo ou por uma posição melhor na “pirâmide” é o que Bourdieu classifica como posição dentro do espaço social, que é definida pelo acúmulo de capital político. De acordo com Miguel (2003), traz uma relação dialética com carreira política, e é “necessário capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do capital” (MIGUEL, 2003, p. 116).

Conforme descreve Miguel (2003), para ter uma carreira política exitosa é necessário um acúmulo de capital político, mas também é necessário ter capital político para acumular mais capital político e assim conseguir ocupar os cargos que têm visibilidade e a partir dessa visibilidade ampliar seu capital para, então, postular cargos mais elevados dentro do campo político até chegar à elite.

Outro ponto importante, segundo Miguel (2003), é a relação entre política e mídia como fatores para ascensão dentro do campo político. Para ele os meios de comunicação de massa se tornam fontes cruciais de produção de capital político e assim geram “atalhos” na carreira política. Segundo ele, isso permite que outsiders ganhem posições que só seriam acessíveis a integrantes experientes do campo político.

> De fato, a visibilidade nos meios é uma condição importante para o reconhecimento público, em qualquer área de atividade, nas sociedades contemporâneas. É possível dizer que a mídia também contribui para estruturar a própria carreira política. A hierarquização dos diferentes cargos não se deve apenas - ou mesmo prioritariamente - ao poder efetivo de cada um, mas também à visibilidade de que dispõem. E essa visibilidade é alterada ou reafirmada cotidianamente pelos meios de comunicação de massa (MIGUEL, 2003, p. 116)

A busca pela visibilidade na mídia, assim como a ocupação de altos postos de comandos, é mais um elemento de disputa dentro do campo, pois em ambos há a possibilidade de ampliação de capital, o que impulsiona a carreira em direção ao topo. Assim a mídia é uma ponte que conduz ao campo político.

Coradini (2006), em pesquisa sobre o legislativo, utiliza o método posicional e apresenta um estudo em que aponta os “vínculos dos políticos com atuação em âmbito nacional com as diferentes modalidades de engajamento e militância associativa e/ou sindical”. O autor pesquisou deputados federais, senadores e ministros que assumiram entre 1994 e 2003, onde foi constatado um crescimento constante entre os eleitos que possuíam alguns vínculos com associação ou sindicato.

> No que tange especificamente aos deputados federais, de uma proporção de 85,6% sem qualquer vínculo desse tipo na legislatura com início em 1979, essa parcela reduziu-se (81,3%, em 1983; 70,2%, em 1987; 58,2%, em 1991; 50,2%, em 1995; 45,7%, em 1999, e, finalmente, 44, 9%, na legislatura com início em 2003). Portanto, mais da metade dos deputados federais passou a ter algum vínculo com associações ou sindicatos (CORADINI, 2006, p. 181).

Segundo esse autor, esse aumento da proporção de políticos com alguma vinculação associativa-sindical ocorre no período de maior concorrência eleitoral. Essas vinculações referem-se tanto às organizações relacionadas a empresários ou organizações privadas em geral, quanto as relacionadas aos trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, funcionários públicos, professores, médicos, advogados, engenheiros e similares, além de associações de moradores, assistenciais, religiosas, feministas ou de defesa da "cidadania" em geral.

A pesquisa de Coradini (2006) demonstra que o engajamento associativo-sindical sozinho não é suficiente para construção de uma carreira política. Em se tratando de carreira voltada para a elite política, esse engajamento precisa ser combinado com outros recursos e esferas de atuação.

> As modalidades postas em prática não dependem apenas das lógicas do engajamento e militância associativa e/ou sindical ou da política eleitoral, mas de sua inserção e inter-relação com uma série de outros recursos e esferas de atuação. Dentre estes, observam-se: o grau e o tipo de formação escolar; as classificações e a inserção profissional e, mais especificamente, suas relações com a escolarização, com modalidades concorrentes de exercício profissional e seu significado, como estrutura de capital e posição social; as relações categoriais ou setoriais com o universo da política, como valores, militância e possibilidades de exercício de cargos de "confiança" ou benefícios de políticas governamentais (CORADINI, 2006, p. 182).

Nesse contexto, o engajamento associativo-sindical é importante, pois ele é mais um elemento na luta em direção à elite dentro do campo político. Os trajetos sociais também devem ser considerados.

Grill (2016, p. 145) versa sobre trajetória e acúmulo de capital político rumo à elite do campo político. Em sua pesquisa sobre "heranças políticas no Rio Grande do Sul" ele demonstrou que "os intercruzamentos de lógicas e práticas familiares e políticas perseveram em distintas configurações históricas". Mesmo sendo uma pesquisa regional, há dialogo com outras pesquisas que revelam padrões que são semelhantes em outros Estados.

> No que pese sintetizarem regularidades e contrastes verificados em uma configuração regional específica (Rio Grande do Sul), há um conjunto de investigações que lidaram com questões com as quais dialogamos constantemente e revelaram padrões semelhantes para outros Estados da federação (GRILL, 2017, p. 145).

Segundo Grill (2017), identificam-se três tipos de conexão entre perfis e estratégia de reprodução familiar como via de acesso a atividades políticas que podem ser semelhantes em outros Estados: tradicional, imigrante e militante. Para ele as possibilidades de inserção e ocupação de posições de mando que conduzem à elite estão relacionadas à concentração de recursos, materiais ou simbólicos, herdados de um desses padrões de família.

A família além de ser o "berço da aquisição de um sistema de disposições que define princípios de visão e classificação do mundo social é também uma instância catalisadora e (re)distribuidora de um patrimônio coletivo, exigindo empenhos dos seus membros na adoção de estratégias de reprodução com vistas à sua continuidade" (GRILL, 2017, p. 143).

3.2.1 Elite Política no Tocantins

Oficialmente o Estado do Tocantins foi criado em outubro de 1988. O Brasil em processo de redemocratização instalou a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Foram discutidos vários assuntos que deveriam ser incorporados à carta magna, entre eles estava a instituição de novos Estados, dos quais fazia parte o Tocantins.

Ainda não há registro de alguma pesquisa específica sobre elite política do Tocantins pós-criação do Estado, porém alguns trabalhos como Cavalcante (2003) e Oliveira (2012) apontam para a formação de algumas elites regionais no Norte de Goiás e mostram como essas elites, buscando ampliar seu espaço de poder, se movimentaram em prol da causa separatista. Além dessas elites apontadas por esses autores, temos também o coronelismo no extremo Norte de Goiás onde hoje é a região do bico do papagaio como parte integrante da história política do Estado.

Mesmo que sua criação seja recente, o processo que resultou na separação do Estado de Goiás foi uma luta que envolveu muitas pessoas ao longo da sua história e foi marcada por muitos conflitos e enfrentamentos entre os poderes políticos de cada época. Em 1987, o Comitê Pró-Tocantins[3] começou a vislumbrar um final para esse movimento de emancipação do Tocantins ao ser incorporada na proposta constitucional do então deputado federal Siqueira

[3] O Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins fora criado no final da década de 40 (CAVALCANTE, 2003), mas neste momento (1987) era presidido pelo juiz Darci Coelho e tinha como principais articuladores João Rocha, Célio Costa e Adão Bonfim Bezerra. Outro elemento que influenciou em favor da aprovação da divisão de Goiás e criação do Estado do Tocantins foi a emenda popular assinada por mais de 100 mil pessoas (50 mil a mais do que o necessário) que foi encaminhada à presidência da constituinte (CAVALCANTE, 2003).

Campos em 1988 a criação do Estado do Tocantins que vem reconhecer essa luta de mais de dois séculos.

Como vimos a separação em relação ao Estado de Goiás, que resultou na criação do Estado do Tocantins, não foi resultado de apenas um momento político, mas decorrência de uma luta pela autonomia político-administrativa que perdurou por mais dois séculos até convergir nesse processo de separação e criação do novo Estado. Segundo Cavalcante (2003), o marco desta luta foi a instalação da junta provisória independente do Norte de Goiás pelo desembargador Teotônio Segurado em 1821. Porém a primeira ruptura entre Sul e Norte, segundo Bertran (1978 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 58-59), acontece em 1737 e tem relação direta com a descoberta de ouro nessa região, que leva a coroa a editar algumas medidas para evitar contrabando de ouro.

> Proibição da navegação pelo Rio Tocantins, em 1737, para evitar o contrabando do ouro. Esse rompimento levou o Norte de Goiás a aproximar-se de Belém e, sobretudo, da via do Rio São Francisco. Seria, então, esse o momento em que a pecuária, por meio desta última rota, surgiria como atividade econômica do Norte, ao ceder seus pastos naturais para pecuaristas vindos de Pernambuco e Bahia. (BERTRAN, 1978, *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 58-59).

O reflexo dessa medida é a aproximação do Norte com os Estados limítrofes, fazendo surgir a pecuária, atividade econômica que até hoje move a economia da região. Ainda sobre o ouro, a cobrança do imposto de captação foi outro incidente que levou à discórdia entre Norte e Sul de Goiás. Esse imposto estabelecia cobrança de elevadas taxas na compra de escravos somente para o Norte de Goiás (PALACÍN, 1990). Essas divergências foram o início da oposição entre o Norte e o sul de Goiás, mas até então não havia um discurso separatista. Anos depois, em 1809, a capitania de Goiás foi dividida em duas comarcas, sendo a comarca de Goiás, sob o comando do Capitão General Manoel Inácio Sampaio, e a comarca do Norte, comandada pelo Desembargador Joaquim Teotônio Segurado (CAVALCANTE, 2003).

Segundo Cavalcante (2003 p. 63), a formação do Estado do Tocantins "foi precedida por uma construção política e social marcada por vínculos de pertencimento e por uma profunda ligação com a região" que alimentou a expectativa de que com a criação do Estado, o progresso chegasse à região e que as desvantagens econômicas e abandono político teriam melhora após a divisão do Estado de Goiás, sendo instituído o Estado do Tocantins na região Norte. Sob este aspecto, seria viabilizada a autonomia econômica, jurídica e política do novo Estado já que agora se poderia ter um adequado controle fiscal com distribuição dos impostos coletados

direcionados para a região exclusivamente, fortalecendo a representação política regional nas instâncias de poder.

As condições precárias do Norte de Goiás e o isolamento de vias de transporte, que foram historicamente negligenciadas e abandonadas pela elite do Sul de Goiás justificavam essa luta pela autonomia político-administrativa. Esse isolamento causava uma imensa dificuldade para o escoamento da produção, causando a pobreza e a precariedade nas condições de sobrevivência da população.

Antes da criação do Estado do Tocantins, essa parte do Estado goiano constituía uma expansão da fronteira agrícola, e a ocupação do território ocorreu tardiamente. Segundo Oliveira (2012), as áreas que eram pouco povoadas tiveram afetadas a composição da mão de obra empregada. Antigos sistemas de roças, o extrativismo vegetal e a pecuária exercida em forma comunal foram modificados pelo estabelecimento de propriedades rurais de grande porte, modificando a relação de trabalho, configurando o trabalho assalariado, substituindo formas tradicionais de relação de trabalho.

Para o autor, nas décadas de 1970 e 1980, os municípios próximos a Araguaína, tiveram a população multiplicada na região rural devido ao amplo domínio da atividade rural, o que refletiu no crescimento na área urbana. Todavia esse fator não melhorou a condição de vida na área urbana e devido a fatores expulsivos nas áreas rurais surgiram problemas relacionados à infraestrutura, que tinha características de fragilidade naquele período. Dessa forma consolidou-se a pobreza e condições precárias de vida relacionadas ao abastecimento de água e instalações sanitárias.

Ainda, segundo o autor, “esses fatores foram determinantes para que os moradores do campo buscassem viver de forma alternativa e desordenada em aglomerações precárias nos núcleos urbanos mais antigos, que já eram deficientes no atendimento público e tiveram sua situação sanitária agravada” (OLIVEIRA, 2012). Essa era a mesma realidade dos centros urbanos novos em que a situação estaria se criando de modo semelhante.

Essa realidade foi descrita em relato de viajantes que passavam pela região. Suas narrativas ajudaram a reforçar esse discurso autonomista de que era necessária a criação do Estado do Tocantins para que o progresso chegasse àquela região. Isso está claro na tese de Caixeta (2011) sobre o relato de viagem dos médicos Arthur Neiva e Belizário Penna que mesmo em viagem para verificar a generalização da doença de chagas na região não deixaram de observar e descrever a precariedade em que se encontravam os moradores do Norte de Goiás:

> Neiva e Penna encontram obstáculos para compreender o grupo visitado. Incompreensão com relação à língua e ao modo de viver, já que os sertanejos estão inseridos numa outra temporalidade. A singularidade das experiências da população do interior de Goiás é vista negativamente, já que os olhares dos médicos estão direcionados para denunciar a presença generalizada da doença de Chagas, a precariedade técnica [...]. A expectativa está relacionada ao futuro: eles sonham com cidades e vilas saneadas, com uma agricultura moderna amplamente integrada ao mercado pondo fim aos "sistemas antiquados" da agricultura familiar e das condições de vida "primitivas" no campo (CAIXETA, 2011, p. 153).

A falta de políticas públicas e a precariedade de infraestrutura em que se encontrava a região eram tamanhas que muitos viajantes se solidarizavam com a causa fazendo reverberar o discurso autonomista que, de certa forma, ajuda a fomentar a criação do novo Estado, pois assim como os moradores da região eles também acreditavam que esse seria um processo fundamental para o desenvolvimento regional, gerando emprego e renda para a população com a possibilidade de descentralização de recurso e maior autonomia na alocação de investimentos.

Mesmo diante desse quadro descrito em que a divisão do Estado, de fato, representaria o progresso para a região Norte de Goiás, o discurso autonomista, sendo Cavalcante (2003), ainda era controlado pela elite regional que se formava graças às atividades comerciais que se desenvolveram nas cidades às margens do rio Tocantins e que de tempos em tempo trazia à tona o discurso autonomista que ganhava força.

> É pertinente levantar a estrutura político-administrativa do Estado de Goiás na primeira metade do século XX, com atenção especial para a situação política do Norte goiano, em razão de o discurso autonomista ter sido, mais uma vez, nesse momento histórico, evocado na imprensa local por falas isoladas, e, sobretudo, pela reação das elites que detinham o poder político da região (CAVALCANTE, 2003, p. 59).

Segundo a autora, essa elite se desenvolve principalmente na cidade de Porto Nacional que cresceu por causa das atividades comerciais realizadas pelo rio Tocantins e por décadas a elite política dessa cidade representou o Norte de Goiás nos diferentes níveis de poder. Por causa deste domínio desta elite, o discurso autonomista ficou restrito a núcleos formadores de opinião, porém quando ela assume, de fato, esse discurso, ela cria mecanismo para que o mesmo fosse reverberado nos redutos eleitorais a fim de influenciar o povo em prol da causa separatista.

> Havia um movimento em prol da criação do Estado do Tocantins e núcleos de formação de opinião, mas o grosso da população não tinha consciência disso. Ela veio ter no final, porque as chamadas elites intelectuais da região pregaram para a população e conseguiram influenciar nos redutos políticos eleitorais da região e, conseguira passar ao povo as ideias (BEZERRA, *apud* CAVALCANTE, 2003, p. 118).

Quando a elite viu que a região já tinha uma economia estabelecida e que esse fator possibilitava a autonomia econômica para a região, ela impulsiona o discurso autonomista fazendo chegar a todos os redutos eleitorais. Assim o discurso passa a "ser do povo". Isso reflete na adesão extraordinária que a emenda popular teve, sendo assinada por mais de 100 mil pessoas, e que contribuiu para que a proposta constitucional do deputado federal Siqueira Campos fosse aceita e, assim, ser criado o Estado do Tocantins.

Oliveira (2012) também apresenta uma pesquisa que versa sobre a elite regional do Norte de Goiás. Segundo ele, é preciso entender as estratégias construídas na política de divisão territorial do Brasil para que se entenda o processo de criação e estruturação do Estado de Tocantins. Para ele, essas estratégias estão ligadas ao controle do território e ao surgimento de lideranças políticas que fizeram com que a população entendesse que existia a possibilidade de construção de um território de inclusão social com uma melhora, efetiva, nas condições precárias em que viviam no Norte de Goiás. Então a divisão e ocupação do território privilegiariam o interesse do nortista, gerando assim um desenvolvimento social e econômico.

> Assim, pôde-se compreender como seu deu os meandros para a criação do Estado do Tocantins, como as elites locais se uniram em defesa de um novo espaço de governança, pois novos investimentos, novos recursos para lá se dirigiam, tão logo que foi criado o Tocantins (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

O autor fala da união das elites em prol da criação do Estado, porém essa união tinha em vista os recursos que seriam ampliados com a efetivação do Tocantins. Com a criação do Estado, começam as disputas políticas e a luta pelo poder de mando no novo Estado. Assim a "nova" elite política começa a ser estruturada com os mesmos atores políticos de Goiás ou do Sul ou do Norte. É neste contexto, pós-criação do Tocantins, que se situa esta pesquisa.

4 CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

O conceito central da Teoria das Elites é de que elite é uma "minoria politicamente ativa que assume, em qualquer espécie de sociedade humana, o controle do processo de tomada das grandes decisões políticas" (SAES, 1994, p. 08). Para Codato e Perissinotto (2015, p. 20), elite é um "grupo social que ocupa, controla e comanda as principais instituições de uma comunidade". Ele não define o tamanho desse grupo social. No Brasil, é possível enxergar um grupo pequeno, fato que dialoga com o conceito central dessa teoria. Partindo desse conceito, nosso objetivo, nesta pesquisa, é identificar essa "minoria politicamente ativa" no Estado do Tocantins e entender como é formada, onde e como acontece o recrutamento e qual a origem social de seus membros.

Existem vários métodos para identificar uma elite - minoria politicamente ativa - e analisar empiricamente de que maneira ela atua para influenciar ou impor uma decisão política. Os principais são o reputacional, o decisional e o posicional.

O método reputacional é pouco utilizado nas pesquisas sobre elite política no Brasil, ele foi o método utilizado por Hunter (1953) em uma monografia sobre a cidade de Atlanta, Community Power Structure. Ele é desenvolvido em duas etapas. Primeiro é elaborada uma ampla lista de lideranças de uma comunidade e em seguida essa lista é apresentada a especialistas solicitando que eles indiquem aqueles que eles considerem com melhor reputação e que mais influenciam nas tomadas de decisões. A elite é formada por aqueles que foram mais vezes citados.

O método decisional, segundo Dahl (1961), é aquele que se define a partir da análise de decisões concretas de agente político que efetivamente possui a capacidade de influenciar nas principais decisões de uma cidade.

O método posicional para identificar uma elite política é bastante claro e bem fácil de operacionalizar. De acordo com Wright Mills (1965), nele a elite é formada por aqueles que ocupam as posições estratégicas de comando da cidade.

Nessa pesquisa, o método principal será o posicional. A população será composta por aqueles indivíduos que assumiram posição formal de mando de forma eletiva no Tocantins entre os anos de 1988 (criação do Estado) e 2016 (última eleição antes de iniciarmos essa pesquisa). Iremos combinar o método posicional com decisional, pois entendemos que quem ocupa uma posição eletiva, seja no executivo ou no legislativo, controla as posições formais de mando e, por isso, tem autoridade para tomar ou influenciar nas decisões mais importantes em uma

sociedade. Aqui serão consideradas posições formais de mando os cargos eletivos de prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador da república e governador.

Assim a população foi composta por políticos que exerceram mais de um mandato eletivo no Estado do Tocantins no período de abrangência da pesquisa. Pelo fato de um dos objetivos ser verificar a movimentação dentro do campo, entendemos que apenas um mandato não seria suficiente para perceber movimento dentro do campo, que é importante para compreendermos o processo de formação da elite deste campo.

Para definir quem faria, ou não, parte dessa população, foi realizado um levantamento inicial utilizando os dados disponíveis no site do TRE/TO sobre todas as eleições realizadas entre os anos de 1988 e 2016, tanto as eleições estaduais quanto as municipais. Incluímos as eleições municipais para o cargo de prefeito da capital e mais dois municípios. Os estudos desenvolvidos por Miguel (2006) demonstram que a trajetória de uma carreira política até a elite passa pelo mandato eletivo em prefeitura de capital ou grande cidade em seu Estado.

Dos 139 municípios do Tocantins apenas três têm mais de cinquenta mil eleitores. Definimos, então, que somente três municípios seriam considerados nesta pesquisa: Araguaína, Gurupi e Palmas. Além de serem as únicas cidades com mais de cinquenta mil eleitores, elas também contribuem para a pesquisa pelos seguintes motivos: Araguaína, porque a nossa hipótese é de que o recrutamento para a elite política tocantinense acontece, principalmente, nessa cidade por estar mais ao Norte do Estado onde o ativismo político em prol da separação era maior; Gurupi por estar em polo oposto em relação a Araguaína e também está contida na hipótese que por estar mais próxima de Goiânia não havia um ativismo político tão intenso em favor da separação quanto em Araguaína ou em cidades mais ao Norte do Estado; Palmas por ser a capital do Estado e uma cidade que não existia antes da criação do Tocantins. O fato de ser uma cidade construída com o fim específico de ser a capital atraiu pessoas de muitas cidades do Estado e de muitos Estados do Brasil. Esses motivos justificam a inclusão desses municípios nessa pesquisa.

Nesse primeiro levantamento, foram identificados 138 agentes, entre prefeitos das três cidades, deputados estaduais, deputados federais, senadores da república e governadores, que venceram eleições entre 1988 e 2016. Porém como havíamos definido que somente os agentes políticos que tivessem repetição de mandato, ou seja, fossem eleitos mais de uma vez, mesmo que para mandatos diferentes, fariam parte da população a ser pesquisada, fizemos, então, esse recorte e após isso restaram 78 agentes políticos, os quais são a nossa população.

É importante dizer que a população de 78 agentes políticos não representa todo o campo político do Tocantins, porém é uma representação significativa, pois os critérios de seleção

garantem a qualidade dessa amostra. Esses agentes compõem o campo político tocantinense, porém ainda não é a elite do campo, mas é a partir deles que entenderemos a movimentação dentro do campo pesquisado e assim será possível responder a nossa pergunta: onde e como acontece o recrutamento para a elite política do Tocantins? Qual a origem socioeconômica de seus membros e como é desenvolvida a trajetória até a elite? Também esperamos com essa população definida comprovar ou refutar nossas hipóteses de que o recrutamento acontece mais ao Norte do Estado devido às atividades políticas em favor da separação que aconteciam nessa região antes da criação do Tocantins.

Após definida a população, a pesquisa foi desenvolvida em duas fases, na primeira fase foi elaborado o questionário que foi aplicado aos 72 agentes[4], pois 6 são falecidos. Esse questionário foi a base para a construção da análise de correspondência múltipla (ACM). Ele foi elaborado a partir de cinco conjuntos de variáveis identificados na revisão de literatura sobre elite política no Brasil.

Quadro 1 - Conjunto de variáveis socioeconômicas

Tem como objetivo obter informações preliminares sobre origem de classe, origem étnica, e outros indicadores de posição social. Formação educacional e principal ocupação dos pais. Capital cultural herdado, construído ou ampliado.	Ano de nascimento
	Local de nascimento
	Escolaridade
	Principal ocupação
	Sexo
	Cor
	Religião
	Escolaridade pai
	Escolaridade mãe
	Ocupação do pai
	Ocupação da mãe

Fonte: Autor, 2020

[4] Após ter os agentes que precisavam responder o questionário, deu-se início a uma força-tarefa para conseguir acessos a esses agentes, muitos deles estão há muito tempo sem mandatos eletivos. Com ajuda de amigos jornalistas tanto do próprio programa de pós-graduação, quanto da imprensa local e também de amigos da minha vivência partidária, foi possível conseguir os contatos de quase todos da lista. No final de fevereiro de 2020, começamos o trabalho de coleta dos dados com a aplicação dos questionários. E no início de março do mesmo ano, a pandemia levou o Brasil ao isolamento. Assim o trabalho que estava previsto para ser concluído em dois meses levou seis meses. Assinamos um termo de confidencialidade em que nos comprometemos a divulgar as informações das respostas de forma agregada como dados estatísticos e a não publicar, em hipótese alguma, os questionários de forma individual ou de alguma outra forma que venha identificar seu respondente.

Quadro 2 - Conjunto de variáveis sobre comunicação

Objetiva compreender qual o peso relativo da comunicação na formação do capital político dos agentes políticos que chegaram à elite do campo. A pesquisa de Miguel (2003) aponta que comunicação é uma variável importante para entrar no campo político. Segundo ele, é uma espécie de atalho.	Trabalhou em veículo impresso
	Trabalhou em emissora de TV
	Trabalhou em emissora de rádio
	É/foi colunista rádio/TV/impresso
	É/foi proprietário de veículo impresso
	É/foi proprietário de emissora de TV
	É/foi proprietário de emissora de rádio
	É/foi proprietário de portal de notícias pela internet
	Foi secretário de comunicação municipal
	Foi secretário de comunicação estadual
	Foi assessor de comunicação
	Possui blog
	Possui perfil no Twitter
	Possui perfil no Instagram
	Possui perfil no Facebook

Fonte: Autor, 2020

Quadro 3 - Conjunto de variáveis sobre a trajetória dentro do campo político

Miguel (2003) apresenta a trajetória dentro do campo de forma piramidal onde existe uma lógica de percurso da base ao topo (elite). Ele apresenta alguns postos de comandos-chave pelo quais um político passa até chegar à elite.	Exerceu algum mandato eletivo no Norte de Goiás antes da criação do Estado do TO
	Exerceu algum mandato eletivo em Goiás antes da criação do Estado do TO
	Exerceu algum mandato eletivo em outro Estado antes de vir para o TO
	Foi vereador em Palmas
	Foi vereador em Araguaína
	Foi vereador em Gurupi
	Foi vereador em outro município do TO
	Foi secretário estadual
	Foi presidente de autarquia
	Foi secretário em Palmas
	Foi secretário em Araguaína
	Foi secretário em Gurupi
	Foi secretário em algum município do TO
	Foi prefeito em algum município do TO
	Estado civil no início da carreira política

Fonte: Autor, 2020.

Quadro 4 - Conjunto de variáveis sobre atuação em associação, sindicato, entidade representativa de classe (OAB, Federações,etc.) ou partido político.

Coradini (2006) apresenta uma pesquisa realizada com parlamentares que assumiram entre 1994 e 2006. Nela foi constatado um crescimento constante entre os eleitos que possuíam algum vínculo com associação ou sindicato.	Exerceu atividade em sindicato de trabalhadores
	Exerceu atividades em sindicato patronal
	Exerceu atividades em sindicato rural
	Foi dirigente de alguma instituição do sistema S (Sesc, Sebrae, Sesi, Senac, Senar, Sest)
	Foi dirigente de alguma entidade representativa de classe (OAB, CDL, Fieto, Fecomércio)
	Exerceu atividade em alguma associação (comercial ou de trabalhadores)
	Foi presidente de partido político (municipal, estadual, nacional)

Fonte: Autor, 2020

Quadro 5 - Conjunto de variáveis sobre herança familiar

Segundo Grill (2017), a ocupação de posições de mando que conduzem à elite está relacionada à concentração de recursos, materiais ou simbólicos herdados da família.	Alguém da família exerceu mandato eletivo no Norte de Goiás
	Alguém da família exerceu mandato eletivo em outro Estado
	Alguém da família possui veículo de comunicação (jornal, emissora de rádio, emissora de TV, site de notícias)
	Pai exerceu mandato eletivo no Tocantins
	Mãe exerceu mandato eletivo no Tocantins
	Irmão (ã) exerceu mandato eletivo no Tocantins
	Algum outro parente próximo exerceu mandato eletivo (avô, tio, tia etc.) no Tocantins
	Alguém da família foi presidente de partido político

Fonte: Autor, 2020.

A fase seguinte foi a construção da Análise de Correspondências Múltiplas que teve como base 50 questionários respondidos pelos agentes.

A ACM é uma técnica do campo da estatística que Bourdieu transpôs para as ciências sociais. Através dela é possível sintetizar quantitativamente os dados qualitativos dispondo-os de maneira estrutural, multidimensional e relacional (KLÜGER, 2018). Ela é o método que melhor representa a concepção relacional presente na teoria dos campos. Segundo Bourdieu

(1989), um campo representa um conjunto de relações objetivas entre posições fundamentado em certas formas de poder. Cada campo estabelece seus valores particulares e contém seus próprios princípios reguladores, que definem um espaço socialmente estruturado onde os agentes lutam.

Desse modo, a representação geométrica gerada pela ACM é adequada a essa ideia de campo, pois ela posiciona os agentes em um espaço objetivo e relacionalmente estruturado, onde a distância entre uns e outros é resultado das diferenças de seus capitais sociais (material ou simbólico). Segundo Pedroso (2015, p. 141), essas distâncias entre os indivíduos refletem um conjunto de diferenças das suas características, pois na ACM elas não correspondem a uma variável particular, e sim à interação de várias que, somadas, indicam a posição em que os indivíduos estão. Assim "quanto mais diferentes são, mais distantes estão, e vice-versa", o que nos permite a visualização das polarizações e das lutas travadas no interior do campo.

Na ACM, os dados são apresentados por meio de duas ou mais variáveis categóricas, onde a dimensionalidade está ligada à categoria de cada variável. Segundo Bertoncelo (2016), para aplicação da ACM, os dados da tabela de contingência multidimensional são apresentados na forma de uma matriz retangular em que as linhas representam os objetos de estudos, e as colunas representam as categorias de todas as variáveis. As relações entre as variáveis e suas modalidades podem ser visualizadas por meio das *distâncias relativas* que as separam na chamada "nuvem de modalidades" (*cloud of modalities*) formada pelo cruzamento entre eixos do espaço de correspondências. É a análise desses resumos gráficos e tabelas geradas pela ACM que poderá confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas no início da pesquisa.

5 APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS

A posição de cada político no espaço geométrico é resultado de uma série de características que foram agrupadas em conjuntos de variáveis da seguinte maneira: Conjunto de variáveis socioeconômicas; conjunto de variáveis sobre a carreira política; conjunto de variáveis sobre a atuação sindical ou associação profissional; conjunto de variáveis sobre a atuação política partidária; conjunto de variáveis sobre família; conjunto de variáveis sobre comunicação. Desses agrupamentos resultaram 51 variáveis sendo 31 ativas que participam da construção do espaço e 20 suplementares (passivas). Klüger (2018) diz que "as variáveis suplementares - também ditas adicionais ou ilustrativas - por sua vez são entendidas com "partículas" com massa zero e simplesmente projetadas no ponto médio de sua incidência no espaço tal qual gerado pelas variáveis ativas, sem alterar a configuração geométrica. As variáveis suplementares têm por função complementar a representação gerada pelas variáveis ativas, oferecendo informações adicionais para que o pesquisador interprete os quadros gerados pela ACM" (GREENACRE; BLASIUS, 2006 *apud* Klüger, 2018, p. 80).

5.1 Distribuição das Variáveis

As variáveis estão distribuídas conforme segue. Conjunto de variáveis socioeconômicas com 19 variáveis, sendo 14 ativas e 5 complementares.

5.1.1 Variáveis socioeconômicas ativas

Idade (PO IDADE) com dez categorias: 37 a 53 anos (Po37-53anos) que significa nascido em 1967, 1968, 1969, 1971 e 1983; 55 a 57 anos (Po55-57anos) que significa nascido em 1963, 1964 e 1965; 58 anos (Po58anos) que significa nascido em 1962; 59 anos (Po59anos) que significa nascido em 1961; 60 anos (Po60anos) que significa nascido em 1960; 61 e 62 anos (Po61-62anos) que significa nascido em 1958 e 1959; 63 a 65 anos (Po63-65anos) que significa nascido em 1955, 1956 e 1957; 66 anos (Po66anos) que significa nascido em 1954; 68 a 73 anos (Po68-73anos) que significa nascido em 1947, 1951 e 1952; e 78 a 84 anos (Po78-84anos) que significa nascido em 1936, 1940, 1941 e 1942.

Gênero (PO GEN) com duas categorias: feminino (PoGenFem) que significa feminino; e masculino (PoGenMasc) que significa masculino.

Local de Nascimento (PO LN) com dez categorias: nascidos em Araguaína ou cidades da região do Bico do Papagaio/ TO (PoLNArgBiTO) que significa nascido em Praia Norte, Tocantinópolis e Araguaína; nascidos em Goiânia, GO, (PoLNGoiGO) que significa nascido em Goiânia, GO; nascidos em cidades do interior do Maranhão (PoLNInMA) que significa nascido em Porto Franco, Carolina e Loreto; nascidos em cidades do interior de Goiás (PoLNIntGO) que significa nascido em Anápolis, CampiNorte, Ceres, Hidrolândia, Inhumas, Itaberaí, Pirenópolis e Porangatu; nascidos em cidades do interior de Minas Gerais (PoLNIntMG) que significa nascido em Tiros, Frutal e Monte Azul; nascidos em cidades do interior do Piauí (PoLNIntPI) que significa nascido em Santa Filomena, Floriano e Gilbués; nascidos em cidades de outras regiões do Tocantins (PoLNOuRegTO) que significa nascido em Natividade, Ponte Alta, Taguatinga, Brejinho do Nazaré, Dueré, Tocantínia, Cristalândia, Formoso do Araguaia e São Miguel do Araguaia; nascidos em outras cidades do Nordeste (PoLNOutNE) que significa nascido em Enrico Cardoso/ BA, Sertânia/ PE e Estância/ CE; nascidos em outras cidades (PoLNOutReg) que significa nascido no Rio de Janeiro/ RJ, Cravinho/ SP, Barranquilla/ Colômbia e Palmeiras das Missões/ RS; e nascidos em Porto Nacional/ TO (PoLNPoNaTO)que significa nascido em Porto Nacional.

Cor da pele (PO CP) com duas categorias: Branca (PoCPBranca) que significa cor da pele branca; e preta e parda com predominância parda (PoCPPredPar) que significa cor da pele preta e parda, mas com predominância da cor parda.

Religião (PO REL) com quatro categorias: católica (PoRelCat) que significa religião católica; não responderam (PoRelNResp) que significa que não houve resposta para essa questão; outras religiões (PoRelOut) que significa outras religiões; e protestantes (PoRelProt) que significa protestante.

Escolaridade do pai (PP ESC) com quatro categorias: ensino fundamental (PpEscFund) que significa que o pai estudou até o equivalente ao ensino fundamental; ensino médio (PpEscMed) que significa que o pai estudou até o equivalente ao ensino médio; ensino primário (PpEscPrim) que significa que o pai estudou até o equivalente ao ensino primário; e ensino superior (PpEscSup) que significa que o pai estudou até o equivalente ao ensino superior.

Pai empregador (PP EPD) com três categorias: empregador na agricultura ou pecuária (PpEpdAgrPec) que significa que o pai era empregador na agricultura ou pecuária; não empregador (PpEpdNão) que significa que o pai não era empregador; e empregador na área de serviços, comércio ou finanças (PpEpdSeCoFi) que significa que o pai era empregador na área de serviço, comércio ou finanças.

Pai empregado (PP EMP) com cinco categorias: pai empregado na agricultura ou pecuária (PpEmpAgPec) que significa que o pai era empregado na agricultura ou pecuária; pai não empregado (PpEmpNão) que significa que o pai não era empregado; pai empregado em outras áreas (PpEmpOut) que significa que o pai era empregado no serviço militar, na produção cultural e em outras áreas; pai empregado na área de serviço, comércio ou finanças (PpEmpSeCoFi) que significa que o pai era empregado na área de serviço, comércio ou finanças; e pai empregado no serviço público (PpEmpSerPub) que significa que o pai era servidor público.

Principal ocupação do pai (PP OCP) com dez categorias: advogado (PpOcpAdv) que significa que o pai era advogado; agricultor (PpOcpAgri) que significa que o pai era agricultor; comerciante (PpOcpCom) que significa que o pai era comerciante; fazendeiro (PpOcpFaz) que significa que o pai era fazendeiro; outras ocupações (PpOcpOut) que significa que o pai era vendedor, camponês ou pequeno agricultor; ocupações intelectuais (PpOcpOutInt) que significa que o pai era político, médico, poeta, empresário ou arquiteto; ocupações manuais (PpOcpOutMan) que significa que o pai era garimpeiro, marceneiro, servente, camponês, pequeno produtor, motorista ou carpinteiro; pecuarista (PpOcpPec) que significa que o pai era pecuarista; servidor público (PpOcpSerPub) que significa que o pai era delegado, professor, servidor público ou militar sargento; e trabalhador rural (PpOcuTrabRur) que significa que o pai era trabalhador rural.

Escolaridade da mãe (MP ESC) com quatro categorias: ensino fundamental (MpEscFun) que significa que a mãe cursou até o equivalente do ensino fundamental; ensino médio (MpEscMed) que significa que a mãe cursou até o equivalente do ensino médio; ensino primário (MpEscPri) que significa que a mãe cursou até o equivalente do ensino primário; e ensino superior (MpEscSup) que significa que a mãe cursou até o equivalente do ensino superior.

Principal ocupação da mãe (MP OCP) com sete categorias: agricultora ou empresária (MpOcpAgrEmp) que significa que a mãe era agricultora ou empresaria; ocupações manuais (MpOcpaManual) que significa que a mãe era rendeira, artesã ou doceira; comerciante (MpOcpCom) que significa que a mãe era comerciante; costureira (MpOcpCost) que significa que a mãe era costureira; dona de casa (MpOcpDCasa) que significa que a mãe era dona de casa; ocupações intelectuais (MpOcpInt) que significa que a mãe era psicóloga, senadora, advogada, enfermeira ou funcionária pública; e professora (MpOcpProf) que significa que a mãe era professora.

Político ensino superior (PO ES) com nove categorias: Administração (PoEs-Adm) que significa que o político cursou Administração; área das agrárias (PoEs-Agrar) que significa que o político cursou Medicina Veterinária, Engenharia Florestal ou Agronomia; Direito (PoEs-Dir) que significa que o político cursou Direito; área da educação (PoEs-Edu) que significa que o político cursou Letras, Pedagogia ou Educação Artística; Engenharia Civil (PoEs-EgCiv) que significa que o político cursou Engenharia Civil; Medicina (PoEs-Med) que significa que o político cursou Medicina; não tem formação superior (PoEs-Nãotem) que significa que o político não possui formação superior; outras formações (PoEs-Out) que significa que o político cursou Economia, Psicologia, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Teologia ou Contabilidade; e Publicidade e Propaganda e Jornalismo (PoEs-PPJor) que significa que o político cursou Jornalismo ou Publicidade e Propaganda.

Conclusão do ensino superior (PO CES) com nove categorias: conclusão entre 2004 e 2014 (PoCes04-14) que significa conclusão do curso superior em 2004, 2006, 2007, 2008 e 2014; entre 1965 e 1973 (PoCes65-73) que significa conclusão do curso superior em 1965, 1969, 1970 e 1973; entre 1976 e 1978 (PoCes76-78) que significa conclusão do curso superior em 1976 e 1978; em 1979 (PoCes79) que significa conclusão do curso superior em 1979; entre 1983 e 1986 (PoCes83-86) que significa conclusão do curso superior em 1983, 1984, 1985 e 1986; em 1987 (PoCes87) que significa conclusão do curso superior em 1987; entre 1988 e 1992 (PoCes88-92) que significa conclusão do curso superior em 1988, 1990 e 1992; entre 1994 e 2000 (PoCes94-00) que significa conclusão do curso superior em 1994, 1998, 1999 e 2000; e sem ano de conclusão (PoCesNão) que significa que não cursou curso superior.

Instituição de formação (PO IF) com sete categorias: católicas (PoIF-Cat) que significa PUC/ GO, Católica/ GO e Católica de Brasília; estaduais e municipais (PoIF-EstMul) que

significa Uema, Unirg e Unesp; nenhuma instituição (PoIF-Não) que significa que não cursou superior; outras federais (PoIF-OtrFed) que significa UFMA, UFT, UFTM, UFU e UnB, outras particulares (PoIF-OutPar) que significa Unicid, Anhanguera, Escola de Educação Teológica das Assembleias de Deus, Faculdade de Artes de Brasília, Fiesc e FMU; Universidade Federal de Goiás (PoIF-Ufg) que significa UFG; e Ulbra (PoIF-Ulb) que significa ULBRA.

5.1.2 Variáveis socioeconômicas complementares (passivas)

Estado Civil (PO EC) com três categorias: casado (PoECCasado) que significa casado; divorciado (PoECDivor) que significa divorciado; e outros (PoECOut) que significa outro, solteiro e viúvo.

Trabalho do pai (PP TRB) com quatro categorias: intelectual (PpTrbInt) que significa que o trabalho do pai era predominantemente intelectual; manual, braçal (PpTrbManBra) que significa que o trabalho do pai era predominantemente manual ou braçal; não responderam (PpTrbNãoRes) que significa que não houve resposta para essa categoria; e técnico (PpTrbTecn) que significa que o trabalho do pai era predominantemente técnico.

Pai profissional liberal (PP PLIB) com três categorias: advogado (PpPlibAdv) que significa pai advogado; não profissional liberal (PpPlibNão) que significa pai não profissional liberal; e outros (PpPlibOut) que significa pai arquiteto, médico e piloto.

Político com formação complementar (PO FC) com quatro categorias: sem formação complementar (PoFc-Não) que significa que não tem formação complementar; não responderam (PoFc-NãoRep) que significa que não houve resposta para essa categoria; outras (PoFc-outras) que significa administração, inglês/ francês/ italiano e análise financeira; e pós-graduação (PoFc-Pós) que significa mestrado, mestrado em educação, pós em gestão pública e gestão pública.

Ano de conclusão da formação complementar (PO AFC) com três categorias: entre 2005 e 2012 (PoAFC05-12) que significa formação complementar em 2005, 2006 e 2012, entre 1988 e 2002 (PoAFC88-02) que significa formação complementar em 1988, 1997 e 2002, sem ano de formação complementar (PoAFCnão) que significa sem ano de formação complementar.

5.2 Conjunto de variáveis sobre carreira política

Conjunto de variáveis sobre carreira política com 9 variáveis ativas e 2 complementares (passivas)

5.2.1 Variáveis sobre carreira política ativas

Início da carreira (PO IC) com onze categorias: início da carreira entre 2000 e 2001 (PoIC00-01) que significa que iniciou a carreira política em 2000 e 2001; início da carreira em 2002 (PoIC02) que significa que iniciou a carreira política em 2002; início da carreira entre 2010 e 2013 (PoIC10-13) que significa que iniciou a carreira política em 2010, 2011 e 2013; início da carreira entre 1957 e 1973 (PoIC57-73) que significa que iniciou a carreira política em 1957, 1969 e 1973; início da carreira em 1982 (PoIC82) que significa que iniciou a carreira política em 1982; início da carreira entre (PoIC84-88) que significa que iniciou a carreira política em 1984, 1986, 1987 e 1988; início da carreira política em 1989 (PoIC89) que significa que iniciou a carreira política em 1989; início da carreira política em 1990 (PoIC90) que significa que iniciou a carreira política em 1990; que significa que iniciou a carreira política em 1991 e 1992 (PoIC91-92) que significa que iniciou a carreira política em 1991 e 1992; início da carreira entre 1994 e 1996 (PoIC94-96) que significa que iniciou a carreira política em 1994 e 1996; e início da carreira política entre (PoIC91-92) que significa que iniciou a carreira política em 1997 e 1998

Como iniciou (PO CI) com nove categorias: atuação sindical (PoCI-AtuSin) que significa que iniciou como diretor de sindicato, presidente do sindicato da indústria civil no Estado do Tocantins ou presidente do Sindicato Rural de Gurupi; deputado estadual (PoCI-DpEst) que significa que iniciou como deputado estadual; outras formas de início (PoCI-DpOut) que significa que iniciou como deputado federal, prefeito de Palmas, diretor financeiro da Agência de Desenvolvimento do Tocantins ou secretário estadual; movimento estudantil (PoCI-MovEst) que significa que iniciou como diretor de centro acadêmico, movimento estudantil, presidente DCE ou secretário acadêmico; prefeito de Araguaína (PoCI-PfArag) que significa que iniciou como prefeito de Araguaína; prefeito interior do Tocantins (PoCI-PfInTO) que significa que iniciou como prefeito de Araguaçu, prefeito de Esperantina, prefeito de Miracema, prefeito de Paraíso ou prefeito de Porto Nacional; secretário municipal (PoCI-SecMul) que significa que iniciou como secretário municipal; e vereador (PoCI-Ver) que significa que iniciou como vereador.

Exerceu mandato de Vereador (PO VER) com quatro categorias: vereador em Araguaína (PoVerArag) que significa que já exerceu mandato de vereador em Araguaína; outros municípios (PoVerOuMun) que significa que já exerceu mandato de vereador em outros municípios do Tocantins; Palmas (PoVerPal) que significa que já exerceu mandato de vereador em Palmas; e não vereador (PoVerNão) que significa que não exerceu mandato de vereador em sua carreira.

Exerceu mandato de Prefeito (PO PF) com sete categorias: Araguaína 1 (PoPF-Arag1) que significa que exerceu um mandato de prefeito em Araguaína; Araguaína 2 (PoPF-Arag2) que significa que exerceu dois mandatos de prefeito em Araguaína; outros municípios 1 (PoPF-OuMul1) que significa que exerceu um mandato de prefeito em algum outro município do Tocantins; outros municípios 2 (PoPF-OuMul2) que significa que exerceu dois mandatos de prefeito em algum outro município do Tocantins; outros municípios 3 (PoPF-OuMul3) que significa que exerceu três mandatos de prefeito em algum outro município do Tocantins; Palmas (PoPF-Palm) que significa que exerceu mandato de prefeito em Palmas; e não prefeito (PoPF-Não) que significa que não exerceu mandato de prefeito em sua carreira.

Exerceu mandato de Deputado Federal (PO DP FED) com cinco categorias: deputado federal 1 (PoDpFed1) que significa que exerceu um mandato de deputado federal; deputado federal 2 (PoDpFed2) que significa que exerceu dois mandatos de deputado federal; deputado federal 3 (PoDpFed3) que significa que exerceu três mandatos de deputado federal; deputado federal 4 (PoDpFed4) que significa que exerceu quatro mandatos de deputado federal; e não deputado federal (PoDpFedNão) que significa que não exerceu mandato de deputado federal em sua carreira.

Exerceu mandato de Deputado Estadual (PO DP EST) com cinco categorias: deputado estadual 1 (PoDpEst1) que significa que exerceu um mandato de deputado estadual; deputado estadual 2 (PoDpEst2) que significa que exerceu dois mandatos de deputado estadual; deputado estadual 3 (PoDpEst3) que significa que exerceu três mandatos de deputado estadual; deputado estadual 4 (PoDpEst4) que significa que exerceu quatro mandatos de deputado estadual; e não deputado estadual (PoDpEstNão) que significa que não exerceu mandato de deputado estadual em sua carreira.

Ocupou cargo na esfera municipal (PO CM) com cinco categorias: ocupou cargo municipal em outros municípios (PoCM-OutMu) que significa que, em sua carreira, foi secretário de planejamento de Inhumas/ GO, secretário de assistência social de Colinas ou secretário de desenvolvimento social de Paraíso; ocupou cargo municipal em Palmas (PoCM-Palmas) que significa que, em sua carreira, foi presidente da Agência de Meio Ambiente e Turismo de Palmas, secretário de Educação de Palmas ou secretário de Finanças de Palmas; ocupou cargo municipal em Palmas; ocupou cargo municipal em Porto Nacional e Gurupi (PoCM-PnGu) que significa que, em sua carreira, foi secretário de Desenvolvimento Social de Gurupi. Secretário de Fazenda de Gurupi, secretário de Administração de Porto Nacional e secretário de Obras de Porto Nacional; ocupou cargo municipal em municípios da região Norte do Estado (PoCM-RegNo) que significa que, em sua carreira, foi secretário de Cultura de Xambioá, secretário de cultura de Araguaína, secretário de saúde de Araguaína e secretário de administração de Tocantinópolis; e não ocupou cargo municipal (PoCM-Não) que significa que não ocupou cargo na esfera municipal em sua carreira.

Ocupou cargo na esfera estadual (PO CE) com seis categorias: educação, saúde e esportes (PoCE-EdSaEs) que significa que, em sua carreira, foi secretário de Educação, secretário de Saúde ou secretário de Esportes; Habitação e Áreas Rurais (PoCE-HabRur) que significa que, em sua carreira, foi secretário de Habitação, secretário de Agricultura, diretor de Crédito Rural ou presidente do Itertins; Indústria e Comércio (PoCE-IndCom) que significa que, em sua carreira, foi secretário de Indústria e Comércio; trabalho e área administrativa (PoCE-TraAdm) que significa que, em sua carreira, foi secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social, secretário de Administração, secretário de Segurança Pública ou presidente da ATR; outras ocupações estadual (PoCe-Outros) que significa que, em sua carreira, foi secretário de Assuntos Comunitários, secretário de Assuntos Parlamentares, assessor de políticas de governo, assessor especial ou secretário de governo; e não ocupou cargo estadual (PoCE-Não) que significa que não ocupou cargo na esfera estadual em sua carreira.

Ocupou cargo na esfera federal (PO CF) com três categorias: ocupou cargo em áreas da agricultura (PoCF-Agricu) que significa que, em sua carreira, foi ministra da Agricultura, secretário de Políticas Agrícolas, superintendente federal de Agricultura e Abastecimento no Estado do Tocantins ou secretário de Desenvolvimento Agrário; ocupou cargo em outras áreas (PoCF-Outros) que significa que, em sua carreira, foi assessor especial do Incra, coordenador de pesca no Ministério da Pesca, diretor do Inamps, superintendente da Funasa ou secretário de

Infraestrutura Turística; e não ocupou cargo federal (PoCF-Não) que significa que não ocupou cargo na esfera federal em sua carreira.

5.2.2 Variáveis sobre carreira política complementares (passivas)

Exerceu mandato de Senador (PO SD) com duas categorias: senador 1 e 2 (PoSD-1e2) que significa que, em sua carreira, exerceu um ou dois mandatos de Senador; e não senador (PoSD-Não) que significa que não exerceu mandato de senador em sua carreira.

Estado civil no início da carreira (PO ECI) com três categorias: casado (V) que significa que era casado no início da carreira política; solteiro (PoECI-solt) que significa que era solteiro no início da carreira política; e outros (PoECI-Out) que significa que era viúvo no início da carreira política ou não responderam nessa categoria.

5.3 O conjunto de variáveis sobre atuação sindical ou associação profissional

O conjunto de variáveis sobre atuação sindical ou associação profissional contém seis variáveis todas complementares (passivas)

Filiado a sindicato no passado (PO PSP) com seis categorias: filiado a sindicato patronal (PoFSP-Patr) que significa que foi filiado ao Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Tocantins, Sindicato de Beneficiadores de Arroz do Tocantins ou sindicato do ComÉrcio de Gêneros Alimentícios do Tocantins; filiado ao Sindicato Rural de Araguaína (PoFSP-Sra) que significa que foi filiado ao Sindicato Rural de Araguaína; filiado ao sindicato Rural de Gurupi (PoFSP-Srg) que significa que foi filiado ao Sindicato Rural de Gurupi; filiado a outros sindicatos rurais (PoFSP-SrOut) que significa que foi filiado Sindicato Rural de Miracema, Sindicato Rural de Paraíso ou Sindicato Rural de Porto Nacional; filiado a Sindicato de Trabalhadores (PoFSP-Trab) que significa que foi filiado ao Sindicato de Educação de Brasília, Sindicato de Professores de Goiás, Sindicato de Trabalhadores das Indústrias Urbanas no Estado de Goiás ou Sindicato dos Trabalhadores da Saúde no Estado do Tocantins; e não filiado a sindicato (PoFSP-Não) que significa que não foi filiado a sindicato no passado.

Filiado a sindicato atualmente (PO FSA) com quatro categorias: filiado ao Sindicato Rural de Araguaína PoFSA-Sra) que significa que atualmente está filiado ao Sindicato Rural

de Araguaína; filiado ao Sindicato Rural de Gurupi (PoFSA-Srg) que significa que atualmente está filiado ao Sindicato Rural de Gurupi; filiado a outros sindicatos rurais (PoFSA-SrOut) que significa que atualmente está filiado ao Sindicato Rural de Miracema, sindicato Rural de Paraíso ou sindicato Rural de Porto Nacional; e não filiado a sindicato rural (PoFSA-Não) que significa que atualmente não está filiado a algum sindicato.

Diretor de sindicato no passado (PO DSP) com cinco categorias: diretor de sindicato patronal (PodSP-Patr) que significa que foi diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Tocantins, diretor do Sindicato de Beneficiadores de arroz do Tocantins ou diretor do Sindicato do Comércio de Gêneros Alimentícios do Tocantins; diretor do Sindicato Rural de Araguaína (PoDSP-Sra) que significa que foi diretor do Sindicato Rural de Araguaína; diretor de outros sindicatos rurais (PoDSP-SrOut) que significa que foi diretor do Sindicato Rural de Gurupi, diretor do Sindicato Rural de Miracema ou diretor do Sindicato Rural de Paraíso; diretor de Sindicato de Trabalhadores (PoDSP-Trab) que significa que foi diretor do Sindicato dos Professores de Goiás, diretor do Sintras ou diretor do Stiueg; e não diretor de sindicato (PoDSP-Não) que significa que não foi diretor de sindicato no passado.

Membro de associação profissional no passado (PO MAP) com três categorias: membro de associação comercial (PoMAP-Acom) que significa que foi membro da Associação Comercial de Paraíso, da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Gurupi, do Fecomércio ou da Fieto; membro de outras associações (PoMAP-Outr) que significa que foi membro da associação de subtenentes e sargento da polícia militar do Estado do Tocantins, do CRA, do CREA ou DO CRM; e não membro de associações (PoMAP-Não) que significa que não foi membro de associação alguma no passado.

Atualmente membro de associação profissional (PO AMP) com três categorias: membro de associação comercial (PoAMP-Acom) que significa que atualmente é membro do Fecomércio, da Associação Comercial de Paraíso ou da Associação Tocantinense de Supermercados; membro de conselhos regionais de classe (PoAMP-Crc) que significa que atualmente é membro do CRA, do CREA ou do CRM; e não membro de associação profissional (PoAMP-Não) que significa que atualmente não é membro de associação profissional alguma.

Dirigente do sistema S (PO DSS) com duas categorias: dirigente do Sebrae e outros (PoDSS-SbOut) que significa que foi dirigente do Sebrae, do Senar da CNA ou do sistema

Fecomércio; e não dirigente do sistema S (PoDSS-Não) que significa que não foi dirigente de alguma instituição do sistema S.

5.4 Conjunto de variáveis sobre a atuação política partidária

O conjunto de variáveis sobre a atuação política partidária contém nove variáveis, sendo duas ativas e sete complementares (passivas).

5.4.1 Variáveis, sobre atuação partidária, ativas

Partido de início (PO PI) com sete categorias: Arena e PDS (PoPI-ArePds) que significa que o partido de início na carreira política foi Arena ou PSD; PDT e PTB (PoPI-PdtPtb) que significa que o partido de início na carreira política foi PDT ou PTB; PFL (PoPI-Pfl) que significa que o partido de início na carreira política foi PFL; PMDB (PoPI-Pmdb) que significa que o partido de início na carreira política foi PMDB; PSB (PoPI-Psb) que significa que o partido de início na carreira política foi PSB; PT (PoPI-Pt) que significa que o partido de início na carreira política foi PT; outros partidos (PoPI-Out) que significa que o partido de início na carreira política foi PPS, PP, PSDB, PSC, PSD, PDC, PPB, PV OU PRB.

Partido atual (PO PA) com dez categorias: DEM (PoPA-Dem) que significa que o atual partido do político é o DEM; legendas cristãs (PoPA-Cristão) que significa que o atual partido do político é o PSC, PDC ou PTC; PL (PoPA-Pl) que significa que o atual partido do político é o PL; PMDB (PoPA-Pmdb) que significa que o atual partido do político é o PMDB; PPS (PoPA-PpsCid) que significa que o atual partido do político é o Cidadania (antigo PPS); PSDB (PoPA-Psdb) que significa que o atual partido do político é o PSDB; PT (PoPA-Pt) que significa que o atual partido do político é o PT; PTB e PDT (PoPA-PtbPdt) que significa que o atual partido do político é o PTB ou PDT; outros partidos (PoPA-Out) que significa que o atual partido do político é o PP, PRB, PV, PEN, PROS, Podemos, PSL, Solidariedade ou PSB; e sem partido (ParAtuSemPar) que significa que atualmente o político não está filiado a partido algum.

5.4.2 Variáveis sobre atuação partidária complementares (passivas)

Número de partido (PO NPT) com três categorias: somente 1 partido (PoNPT-Som1) significa que foi filiado a somente um partido em sua carreira política; de 2 a 4 (PoNPT-2a4)

significa que foi filiado entre dois e quatro partidos em sua carreira política; e mais de 5 (PoNPT-Mais5) significa que foi filiado em mais de cinco partidos em sua carreira política.

Movimento partidário (PO MOV PAR) com duas categorias: sim (PoMovParSim) que significa que foi presidente de algum movimento partidário (mulheres, negros, juventude etc.); e não (PoMovParNão) significa que não foi presidente de movimento partidário.

Presidente de diretório municipal (PO PDM) com duas categorias: sim (PoPDM-Sim) significa que foi presidente de diretório municipal; e não (PoPDM-Não) significa que não foi presidente de diretório municipal.

Presidente de diretório estadual (PO PDE) com duas categorias: sim (PoPDE-Sim) significa que foi presidente de diretório estadual; e não (PoPDE-Não) significa que não foi presidente de diretório estadual.

Membro de executiva municipal (PO MEM) com duas categorias: sim (PoMEM-Sim) significa que foi membro de executiva municipal; e não (PoMEM-Não) significa que não foi membro de executiva municipal.

Membro de executiva estadual (PO MEE) com duas categorias: sim (PoMEE-Sim) significa que foi membro de executiva estadual; e não (PoMEE-Não) significa que não foi membro de executiva estadual.

Membro de executiva nacional (PO MEN) com duas categorias: sim (PoMEN-Sim) significa que foi membro de executiva nacional; e não (PoMEN-Não) significa que não foi membro de executiva nacional.

5.5 Variáveis sobre a família

O conjunto de variáveis sobre família contém seis variáveis ativas.

Família com cargo eletivo no Norte de Goiás (FP CNG) com seis categorias: esposa e sogro (FpCNG-EspSo) significa que a esposa e o sogro exerceram cargo eletivo no Norte de Goiás antes da divisão do Estado; irmão (FpCNG-Irmão)) significa que o irmão exerceu cargo eletivo no Norte de Goiás antes da divisão do Estado; irmão/ tio e pai/ tio (FpCNG-ItPt)

significa que o irmão e o tio ou pai e o tio exerceram cargo eletivo no Norte de Goiás antes da divisão do Estado; pai (FpCNG-Pai) significa que o pai exerceu cargo eletivo no Norte de Goiás antes da divisão do Estado; tio (FpCNG-Tio) significa que o tio exerceu cargo eletivo no Norte de Goiás antes da divisão do Estado; e família não (FpCNG-Não) significa que não teve alguém da família que exerceu cargo eletivo no Norte de Goiás antes da divisão do Estado.

Família mandato eletivo no Norte de Goiás (FP MNG) com quatro categorias: prefeito (FpMNG-Pref) significa que alguém da família exerceu mandato de prefeito no Norte de Goiás antes da divisão do Estado; vereador (FpMNG-Ver) significa que alguém da família exerceu mandato de vereador no Norte de Goiás antes da divisão do Estado; vereador e outros cargos (FpMNG-VerOut) significa que alguém da família exerceu mandato vereador/prefeito e vice- prefeito/vereador no Norte de Goiás antes da divisão do Estado; e mandato não (FpMNG-Não) significa que não teve familiar exercendo mandato no Norte de Goiás antes da divisão do Estado.

Família com cargo eletivo em outras cidades do Brasil (FP CEB) com três categorias: irmão e primo (FpCEB-IrmPri) significa que irmão e primo exerceram cargo eletivo em outras cidades do Brasil; pai e tio (FpCEB-PaiTio) significa que pai e tio exerceram cargo eletivo em outras cidades do Brasil; e não (FpCEB-Não) significa que ninguém da família exerceu cargo eletivo em outras cidades do Brasil.

Família mandato eletivo em outras cidades do Brasil (FP MBR) com quatro categorias: deputado/ vereador (FpMBR-DpVer) significa que alguém da família exerceu mandato de deputado e de vereador/ deputado em alguma cidade do Brasil; vereador (FpMBR-Ver) significa que alguém da família exerceu mandato de vereador em alguma cidade do Brasil; prefeito/ outros (FpMBR-PreOut) significa que alguém da família exerceu mandato de prefeito, prefeito/vereador e vice- prefeito em alguma cidade do Brasil; e não (FpMBR-Não) significa que ninguém da família exerceu mandato eletivo em alguma cidade do Brasil.

Família cargo eletivo no Tocantins (FP CET) com sete categorias: esposa (FpCET-Esp) significa que a esposa exerceu cargo eletivo no Tocantins; esposa/outros (FpCET-EspOut) significa que esposa/filho e irmão/esposa exerceram cargo eletivo no Tocantins; filho (FpCET-Filho) significa que o filho exerceu cargo eletivo no Tocantins; irmão (FpCET-Irmão) significa que o irmão exerceu cargo eletivo no Tocantins; sobrinho/ tio (FpCET-SobTio) significa que

sobrinho e tio/sobrinho exerceram cargo eletivo no Tocantins; outros (FpCET-out) significa que irmão/filho, irmão/sobrinho, mãe e mãe/irmão exerceram cargo eletivo no Tocantins; e não (FpCET-Não) significa que não teve familiar que exerceu cargo eletivo no Tocantins.

Família mandato eletivo no Tocantins (FP MT) com sete categorias: deputado estadual (FpMT-DpEst) significa que alguém da família exerceu mandato de deputado estadual no Tocantins; deputado federal (FpMT-DpFed) significa que alguém da família exerceu mandato de deputado federal no Tocantins; prefeito (FpMT-Pref) significa que alguém da família exerceu mandato de prefeito no Tocantins; vereador (FpMT-Ver) significa que alguém da família exerceu mandato de vereador no Tocantins; senador/ outros (FpMT-SenOut) significa que alguém da família exerceu mandato de senadora/vereador, prefeito/ deputada estadual e deputada federal, prefeita/ deputado federal, vereador/ deputado federal/ senador e vice- governadora/ deputada estadual no Tocantins; vereador/ outros (FpMT-VerOut) significa que alguém da família exerceu mandato de vereador/vice- prefeito e vice- prefeito no Tocantins; e não (FpMT-Não) significa que ninguém da família exerceu algum mandato eletivo no Tocantins.

5.6 Análise dos eixos

A ACM foi realizada com o Software SPAD. Foram analisadas, cruzadas, 31 variáveis ativas com 189 categorias ao todo e 20 variáveis passivas com 123 categorias. Assim, no plano fatorial dos 50 políticos pesquisados há 18 eixos. Os dois primeiros, o 1 e o 2, explicam 47,4% da inércia do espaço, conforme a "taxa modificada" de Benzecri (1992), sendo 28,4% no Eixo 1 e 19% no Eixo 2. Conforme o "método de contribuições", os eixos foram analisados tendo em conta as categorias que contribuíram com a inércia geral acima de uma média – 100/189 = 0,53% (BONNET, LEBARON, LE ROUX, 2015, p. 104).

Dois eixos, um horizontal e outro vertical, separam ou aproximam os políticos dentro do espaço geométrico. Isso acontece porque no eixo horizontal as categorias de cada variável são distribuídas partindo do ponto zero para a esquerda e para a direita, assim os indivíduos que possuem as características que estão mais à esquerda do eixo estão separados dos que possuem as características que estão mais à direita do eixo. No entanto eles se aproximam dos indivíduos que possuem as mesmas características do lado do eixo em que se encontram.

De forma igual, o eixo vertical distribui as categorias partindo do ponto zero para cima e para baixo. Aqui vale a mesma lógica de separação e união dos indivíduos a partir das

características que possuem. Esses eixos são resultado de um conjunto de variáveis. Nesta pesquisa apresentaremos dois eixos que são formados a partir das trinta e uma variáveis ativas que foram apresentadas no capítulo "Apresentação das variáveis", apontando qual a contribuição de cada variável na formação dos eixos e de que forma as categorias destas variáveis unem ou separam os políticos dentro deste espaço que representa o campo político pesquisado.

5.6.1 Eixo Horizontal: Origem Social

Das trinta e uma variáveis ativas, vinte e sete contribuem para a formação deste eixo são elas: Idade (PO IDADE), Local de Nascimento (PO LN), Cor da pele (PO CP), Escolaridade do pai (PP ESC), Pai empregador (PP EPD), Pai empregado (PP EMP), Principal ocupação do pai (PP OCP), Escolaridade da mãe (MP ESC), Principal ocupação da mãe (MP OCP), Político ensino superior (PO ES), Conclusão do ensino superior (PO CES), Instituição de formação (PO IF), Início da carreira (PO IC), Como iniciou (PO CI), Exerceu mandato de Vereador (PO VER), Exerceu mandato de Prefeito (PO PF), Exerceu mandato de Deputado Federal (PO DP FED), Exerceu mandato de Deputado Estadual (PO DP EST), Ocupou cargo na esfera estadual (PO CE), Partido de início (PO PI), Partido atual (PO PA), Família com cargo eletivo no Norte de Goiás (FP CNG), Família mandato eletivo no Norte de Goiás (FP MNG), Família com cargo eletivo em outras cidades do Brasil (FP CEB), Família mandato eletivo em outras cidades do Brasil (FP MBR), Família cargo eletivo no Tocantins (FP CET), Família mandato eletivo no Tocantins (FP MT). A seguir apresentamos a análise de cada categoria das variáveis que formam esse eixo.

Em relação à variável "Idade" (PO IDADE), as categorias foram distribuídas no eixo da seguinte forma: à esquerda do eixo as categorias Po63-65anos e Po78-84anos e à direita do eixo Po55-57anos. Aqui já é possível perceber o eixo separando os políticos de maior idade, que estão do lado esquerdo, dos políticos com idade menor, esses posicionados do lado direito.

A variável "Local de nascimento" (PO LN) tem as categorias PoLNGoiGO e PoLNOuRegTO posicionadas à esquerda, enquanto as categorias PoLNArgBiTO e PoLNInMA estão à direita. Esta distribuição mostra que os políticos que nasceram em Araguaína, na região do Bico do Papagaio no Tocantins ou no interior do Maranhão se aproximam, pois estão do lado direito do eixo se opondo aos políticos nascidos em outras regiões do Tocantins ou Goiânia/ GO que estão do lado esquerdo do eixo.

Na variável “Cor da pele” (PO CP) somente a categoria PoCPPredPar contribui na formação desse eixo e está posicionada do lado direito. Assim do lado direito do eixo estão os políticos que declararam ter a cor da pele parda ou preta, com a parda predominando.

As variáveis a seguir são relacionadas aos pais dos políticos. Iremos apresentá-las em um único bloco para facilitar a visualização dos resultados.

Em relação à variável “Escolaridade do pai” (PP ESC), do lado esquerdo do eixo estão as categorias PpEscMed e PpEscSup e do lado direito estão as categorias PpEscFund e PpEscPrim. Na variável “Pai empregador” (PP EPD), somente a categoria PpEpdNão contribuiu para a formação desse eixo e está posicionada do lado direito. Em “Pai empregado” (PP EMP), do lado esquerdo está a categoria PpEmpNão e a categoria PpEmpAgPec do lado direito do eixo. Na variável “Principal ocupação do pai” (PP OCP), do lado esquerdo do eixo está a categoria PpOcpAdv e do lado direito a categoria PpOcuTrabRur. Em relação à variável “Escolaridade da mãe” (MP ESC), a categoria MpEscMed está do lado esquerdo e as categorias MpEscFun e MpEscPri do lado direito do eixo. Por fim a variável “Principal ocupação da mãe” (MP OCP) traz do lado esquerdo as categorias MpOcpAgrEmp, MpOcpInt e MpOcpProf e a categoria MpOcpDCasa do lado direito do eixo.

A distribuição das categorias desse conjunto de variáveis no eixo horizontal consegue demonstrar de forma bem perceptível como a origem social separa os políticos nesse campo pesquisado. As categorias desse conjunto de variáveis que estão do lado esquerdo do eixo revelam uma origem mais abastada em que os pais, tanto pai quanto mãe, tem mais escolaridade, tais como ensino médio e ensino superior; são empregadores, tais como agricultores ou empresários; e desenvolvem atividades ou técnica ou intelectual tais como advogado, psicóloga, senadora, advogada, enfermeira ou funcionária pública. Do outro lado do eixo as categorias revelam uma origem mais humilde com pais com menos escolaridade, tais como ensino fundamental e ensino primário; são empregados na agricultura ou na pecuária; e que desenvolvem atividades manual ou braçal. Mais à frente será possível ver que essas categorias que estão posicionadas do lado esquerdo do eixo vão indicar as diferenças nas trajetórias.

As três variáveis seguintes são referentes à formação superior, ou não, dos políticos deste campo, ano de conclusão do ensino superior e instituição de formação. Iniciamos com a variável “Político ensino superior” (PO ES) que traz as categorias PoEs-Med e PoEs-Out do lado esquerdo do eixo em oposição à categoria PoEs-Nãotem que está do lado direito do eixo. Em seguida vem a variável “Conclusão do ensino superior” (PO CES) com as categorias

PoCes65-73, PoCes76-78 e PoCes87do lado esquerdo do eixo e a categoria PoCesNão do lado direito. A variável “Instituição de formação” (PO IF) finaliza esse bloco sobre formação superior com a categoria PoIF-OtrFed do lado esquerdo e a categoria PoIF-Não do lado direito do eixo.

Esse conjunto de variável sobre formação superior indica que quanto mais à esquerda do eixo o político estiver, mais tende a ter formação superior em cursos como Medicina, Economia, Psicologia, Turismo ou Arquitetura e Urbanismo, também mostra que essa formação aconteceu em instituições de ensino superior pública, tais como UFMA, UFT, UFTM, UFU e UnB, entre as décadas de sessenta e oitenta, ou seja, antes da divisão do Estado. Em oposição a esse quadro revelado pelas categorias que estão do lado esquerdo do eixo, no lado direito estão os políticos que não fizeram curso superior.

Em relação ao Início da carreira (PO IC), as oposições no eixo são bem definidas do lado esquerdo está a categoria PoIC57-73 que reúne quem iniciou a carreira muito antes da divisão do Estado em oposição à categoria PoIC00-01 que está do lado direito do eixo e reúne os políticos que iniciaram a carreira no início dos anos dois mil.

A variável “Como iniciou” (PO CI) traz no lado esquerdo do eixo a categoria PoCI-MovEst e no lado direito as categorias PoCI-Out e PoCI-Ver. Assim enquanto os políticos do lado esquerdo do eixo iniciaram a carreira política já na universidade como diretor de centro acadêmico, presidente DCE ou secretário acadêmico, no lado direito do eixo o início se deu como vereador, primeira-dama, suplente de deputado ou vice-prefeito.

Ainda em relação à carreira política, o conjunto de variável a seguir apresenta os cargos exercidos pelo político ao longo de sua carreira. A distribuição das categorias no eixo horizontal consegue demostrar quais cargos eletivos quem está posicionado na elite do campo exerceu em sua carreira.

Na variável “Exerceu mandato de Vereador” (PO VER) somente a categoria PoVerArag contribuiu para a formação desse eixo e está posicionado do lado direito do eixo. Em seguida a variável “Exerceu mandato de Prefeito” (PO PF) tem somente a categoria PoPF-OuMul3 posicionada do lado esquerdo do eixo. A variável “Exerceu mandato de Deputado Federal” (PO DP FED) tem do lado esquerdo do eixo as categorias PoDpFed2 e PoDpFed4 e no lado direito a categoria PoDpFedNão. E por fim a variável “Exerceu mandato de Deputado Estadual” (PO DP EST) traz a categoria PoDpEst1 do lado esquerdo e a categoria PoDpEst2 do lado direito do eixo.

A distribuição das categorias desse conjunto de variáveis no eixo horizontal revela que os políticos que estão do lado esquerdo do eixo exerceram mais mandatos eletivos em relação aos políticos que estão do lado direito do eixo. Enquanto os políticos do lado direito têm em sua carreira somente mandato tais como vereador em Araguaína ou dois mandatos de deputado estadual, os políticos do lado esquerdo do eixo têm um número maior de mandatos tais como três mandatos de prefeito em algum município do Tocantins, dois ou quatro mandatos de deputado federal e um mandato de deputado estadual.

Ainda sobre carreira política, a variável "Ocupou cargo na esfera estadual" (PO CE) tem duas categorias contribuindo na formação desse eixo, sendo a categoria PoCE-HabRur no lado esquerdo do eixo e a categoria PoCe-Outros no lado direito. Aqui vemos que as secretarias mais técnicas, tais como Habitação, Agricultura, Crédito Rural ou Itertins são ocupadas pelos políticos que estão do lado esquerdo do eixo em oposição às secretarias mais políticas, tais como Assuntos Comunitários, Assuntos Parlamentares ou assessorias políticas ocupadas pelos políticos que estão do lado direito do eixo.

Sobre atuação político-partidária, duas variáveis contribuem na formação desse eixo. A variável "Partido de início" (PO PI), com as categorias PoPI-ArePsd e PoPI-Pmdb do lado esquerdo do eixo e as categorias PoPI-Psb e PoPI-Pt do lado direito. E na variável "Partido atual" (PO PA), há somente a categoria PoPA-Pmdb posicionada no lado esquerdo do eixo. Aqui os políticos que estão do lado esquerdo do eixo iniciaram sua carreira em partidos de ideologia mais centro-direita e direita, tais como Arena, PSD ou PMDB, enquanto os políticos do lado direito iniciaram em partidos de esquerda, tais como PSB ou PT. Pelos dados apresentados, os políticos do lado esquerdo do eixo tendem a permanecer em partidos do mesmo campo ideológico em que iniciaram a carreira.

O conjunto de variáveis seguinte é referente à família do político em relação a cargos eletivos tanto no Norte de Goiás, quanto em outras cidades do Brasil e no Tocantins. São seis variáveis, duas referentes ao Norte de Goiás, sendo que uma complementa a outra. Na primeira procuramos saber qual membro da família exerceu mandato eletivo no Norte de Goiás e na segunda qual mandato exerceu. A mesma lógica é aplicada para outras cidades do Brasil e para o Tocantins.

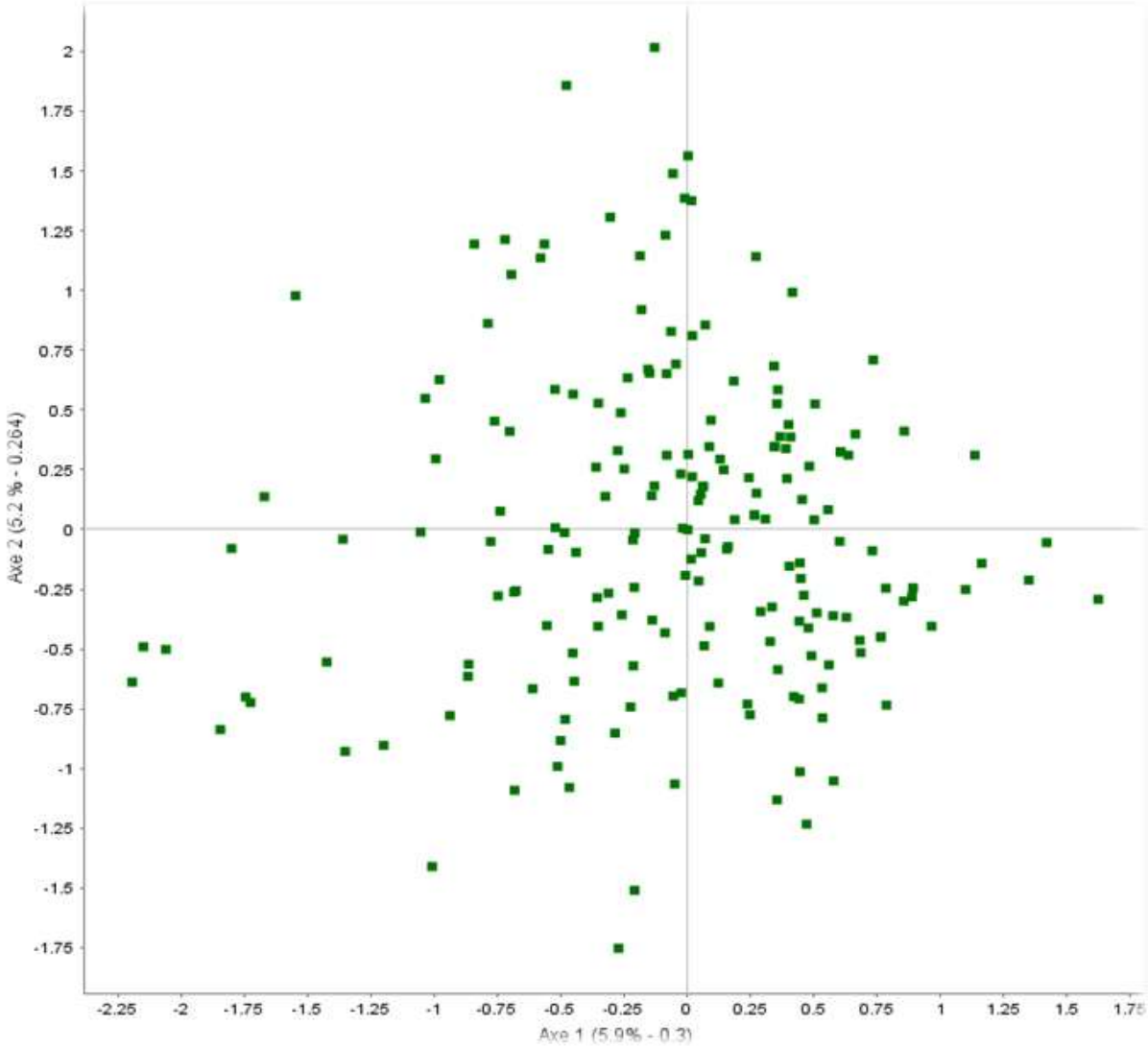
Em relação ao Norte de Goiás, a variável "Família com cargo eletivo no Norte de Goiás" (FP CNG) tem as categorias FpCNG-EspSo e FpCNG-Pai do lado esquerdo do eixo e a categoria FpCNG-Não do lado direito. Enquanto a variável "Família mandato eletivo no Norte de Goiás" (FP MNG) tem a categoria FpMNG-Pref do lado esquerdo e a categoria FpMNG-

Não do lado direito do eixo. As categorias dessas duas variáveis, conforme distribuídas no eixo horizontal, revelam uma origem com família mais atuante politicamente dos políticos que estão do lado esquerdo do eixo. Aqui vemos pai, sogro e esposa exercendo mandato de prefeito em alguma cidade do Norte de Goiás antes da divisão do Estado. Esse quadro está em oposição aos políticos que estão do lado direito do eixo e não possuem familiares com atuação política no Norte de Goiás antes da divisão do Estado.

Sobre família em outras cidades do Brasil, a variável "Família com cargo eletivo em outras cidades do Brasil" (FP CEB) tem a categoria FpCEB-PaiTio do lado esquerdo e a categoria FpCEB-Não do lado direito do eixo. E a variável "Família mandato eletivo em outras cidades do Brasil" *(FP MBR)* tem as categorias FpMBR-DpVer e FpMBR-PreOut do lado esquerdo e do lado direito do eixo a categoria FpMBR-Não. Enquanto o político do lado esquerdo do eixo tem membro da família, tais como pai ou tio exercendo mandatos tais como deputado, vereador prefeito ou vice-prefeito em alguma cidade do Brasil, os políticos do lado direito do eixo não possuem membro da família que exerceu algum cargo eletivo em alguma cidade do Brasil.

Ainda sobre a atuação política dos membros da família do político, em relação ao Tocantins, a variável "Família cargo eletivo no Tocantins" (FP CET) apresenta a categoria FpCET-SobTio do lado esquerdo do eixo e a categoria FpCET-Esp do lado direito. Já a categoria "Família mandato eletivo no Tocantins" (FP MT) apresenta as categorias FpMT-SenOut e FpMT-VerOut do lado esquerdo e a categoria FpMT-Pref do lado direito do eixo. Aqui é perceptível que quanto mais à esquerda do eixo, mais o político tende a ter membro da família exercendo os cargos eletivos de senadora, prefeito, deputada estadual, deputada federal, prefeita, deputado federal, senador ou vice-governadora em oposição aos políticos que estão mais à direita do eixo que têm familiares exercendo os cargos eletivos de vereador ou vice-prefeito.

Figura 1- Variáveis ativas dos eixos 1 e 2 e suas categorias



Esse eixo horizontal mostrou dois percursos distintos dentro do campo político, um concentrado mais à esquerda e outro mais à direita do eixo. O percurso mais à esquerda parece conduzir a elite do campo, com políticos com mais idade, com formação superior e que começaram a carreira política antes da divisão do Estado.

A família é parte importante nesse percurso. Aqui quanto mais à esquerda, mais abastada é a origem e pais com mais escolaridade e em sua maioria empregadores e que já pertenciam ao campo político ou no Norte de Goiás, ou em outras cidades do Brasil, ou mesmo no Tocantins, pós-divisão do Estado.

Esse suporte familiar se revela importante na formação para a carreira política. Isso fica evidente na variável "como iniciou" (PO CI) em que a categoria de maior significância para a formação desse eixo foi PoCI-MovEst que significa que iniciou como diretor de centro

acadêmico, presidente DCE ou secretário acadêmico. Vale lembrar que em relação à instituição de formação dos políticos que estão desse lado do eixo em sua maioria são instituições públicas federais. Isso reforça a origem familiar, pois essa formação acontece entre as décadas de sessenta e oitenta em que o acesso ao ensino superior público era privilégio de famílias mais abastadas.

Outro ponto importante em relação a quem está mais à esquerda do eixo horizontal é o local de nascimento. Aqui também fica bem evidente a oposição com políticos nascidos ou em Goiânia ou em cidade do interior de Goiás e os nascidos no Tocantins que nasceram em cidades que estão mais próximas ao Estado de Goiás.

Os políticos desse lado do eixo são também os que ocuparam os cargos que são mais disputados na política tais como senador, deputado federal ou vice-governador.

Em oposição a essa carreira, dos políticos que estão mais à esquerda do eixo horizontal, temos a carreira dos políticos que estão mais à direita desse eixo. Aqui temos os políticos com menos idade, menos formação escolar e que iniciaram a carreira após a divisão do Estado.

Aqui a origem familiar é mais humilde com pais com menos escolaridade, tais como ensino fundamental e ensino primário, empregados na agricultura ou na pecuária e que desenvolvem atividades manual ou braçal. A família aqui também não tem tradição política, assim não há membro da família que exerceu mandatos eletivos no Norte de Goiás ou em outras cidades do Brasil. A esposa é o membro da família que exerceu mandato eletivo no Tocantins e exerceu mandato tais como vereador ou vice-prefeito.

Em relação ao local de nascimento, em sua maioria, são de cidade mais ao Norte do Estado como Araguaína ou de cidades da região conhecida como Bico do Papagaio ou de cidade do interior do Maranhão que estão próximas à divisa do Estado. Nesse lado do eixo estão os políticos que ocuparam cargos como vereadores ou deputado estadual.

5.6.2 Eixo Vertical: Capital Social

Assim como o eixo horizontal, esse eixo é resultado de uma série de variáveis que ora vão unir, ora vão separar os políticos em suas trajetórias dentro do campo pesquisado. Ele parte do ponto zero distribuindo as categorias para cima (positivo) e para baixo (negativo). Assim a separação ocorre entre os que estão nos extremos do eixo e a união entre os que estão no mesmo lado do eixo.

Esse eixo é formado por vinte e sete, das trintas e uma variáveis positivas. São elas: Idade (PO IDADE), Gênero (PO GEN), Local de Nascimento (PO LN), Cor da pele (PO CP), Escolaridade do pai (PP ESC), Pai empregador (PP EPD), Pai empregado (PP EMP), Principal

ocupação do pai (PP OCP), Escolaridade da mãe (MP ESC), Principal ocupação da mãe (MP OCP), Político ensino superior (PO ES), Conclusão do ensino superior (PO CES), Instituição de formação (PO IF), Início da carreira (PO IC), Como iniciou (PO CI), Exerceu mandato de Vereador (PO VER), Exerceu mandato de Prefeito (PO PF), Exerceu mandato de Deputado Federal (PO DP FED), Ocupou cargo na esfera municipal (PO CM), Ocupou cargo na esfera estadual (PO CE), Partido de início (PO PI), Partido atual (PO PA), Família com cargo eletivo no Norte de Goiás (FP CNG), Família mandato eletivo no Norte de Goiás (FP MNG), Família com cargo eletivo em outras cidades do Brasil (FP CEB), Família cargo eletivo no Tocantins (FP CET), Família mandato eletivo no Tocantins (FP MT).

A variável "Idade" (PO IDADE) tem as categorias Po58anos e Po55-57anos na parte de cima do eixo e as categorias Po61-62anos, Po66anos e Po78-84anos na parte de baixo do eixo. Aqui temos os políticos mais velhos com idade entre 61 e 84 anos na parte de baixo do eixo em oposição aos políticos de meia idade que estão na parte de cima do eixo e tem entre 55 e 58 anos de idade.

Na variável "Gênero" (PO GEN) somente a categoria PoGenFem contribui na formação desse eixo e está posicionada na parte superior do eixo. De acordo com essa amostra, as mulheres tendem a estar na parte superior de eixo.

Em relação à variável "Local de Nascimento" (PO LN), temos na parte superior do eixo as categorias PoLNOutReg, PoLNIntGO e PoLNGoiGO e na parte inferior do eixo as categorias PoLNArgBiTO, PoLNIntPI e PoLNOuRegTO.

São duas trajetórias bem definidas, uma relacionada ao antigo Sul ou outras cidades de outras regiões do Brasil e outra relacionada ao antigo Norte de Goiás antes da divisão do Estado. Relacionada ao antigo sul estão as carreiras dos políticos que estão na parte superior do eixo e que nasceram em cidades do interior de Goiás, em Goiânia ou em cidades de outras regiões do Brasil tais como Rio de Janeiro/ RJ, Cravinho/ SP e Palmeiras das Missões/ RS. Em oposição, estão as carreiras dos políticos da parte inferior do eixo que estão relacionadas ao antigo Norte de Goiás e que nasceram em Araguaína, em cidades da atual região do Bico do Papagaio, em cidades do interior do Piauí ou em cidades de outras regiões do Tocantins, tais como Natividade, Ponte Alta, Taguatinga, Brejinho do Nazaré, Dueré, Tocantínia ou Cristalândia.

A variável "Cor da pele" (PO CP) tem somente a categoria PoCPPredPar contribuindo na formação do eixo e está na parte inferior do eixo. Nessa parte do eixo, há os políticos que se declararam preto ou pardo, mas predominantemente pardos.

A seguir um conjunto de seis variáveis relacionadas aos pais dos políticos deste campo e a distribuição das categorias que contribuíram para a formação desse eixo vertical.

Na variável “Escolaridade do pai” (PP ESC) temos a categoria PpEscSup acima do ponto zero do eixo e a categoria PpEscMed abaixo do ponto zero do eixo. Na variável “Pai empregador” (PP EPD), somente a categoria PpEpdNão contribui na formação desse eixo e está na parte superior do eixo. A variável “Pai empregado” (PP EMP) tem a categoria PpEmpSerPub na parte de cima do eixo e a categoria PpEmpNão na parte de baixo.

A variável “Principal ocupação do pai” (PP OCP) tem as categorias PpOcpSerPub e PpOcpAdv na parte superior do eixo. Nessa variável não há categoria alguma na parte inferior do eixo. Na variável “Escolaridade da mãe” (MP ESC), há a categoria MpEscSup no lado de cima e a categoria MpEscFun no lado de baixo do eixo. A variável “Principal ocupação da mãe” (MP OCP) traz as categorias MpOcpProf e MpOcpInt no lado superior do eixo em oposição às categorias MpOcpaManual e MpOcpDCasa que estão no lado inferior do eixo.

Assim como no eixo horizontal, aqui também temos de forma perceptível duas carreiras distintas de acordo com a origem social. Na parte superior do eixo estão os políticos que têm origem de família mais abastadas com pais com formação superior. O pai, quando empregado, é servidor público como professor, delegado ou sargento militar, e a mãe desenvolve atividades intelectuais tais como psicóloga, advogada, enfermeira ou professora. Em oposição a esse quadro, temos na parte inferior do eixo os políticos com origem familiar mais humilde com pais com formação com ensino fundamental ou médio, pai não empregador e mãe que desenvolve atividades manuais tais como rendeira, artesã ou doceira ou é dona de casa.

As próximas três variáveis são referentes à formação dos políticos: se tem curso superior ou não, qual curso, quando concluiu o ensino superior e qual a instituição de formação?

A variável “Político ensino superior” (PO ES) tem as categorias PoEs-Out e PoEs-Edu na parte de cima do eixo e as categorias PoEs-Dir e PoEs-Nãotem na parte de baixo. A variável “Conclusão do ensino superior” (PO CES) tem a categoria PoCes87 na parte superior e as categorias PoCes65-73, PoCes79 e PoCesNão na parte inferior do eixo. Na variável “Instituição de formação” (PO IF) com as categorias PoIF-Ulb, PoIF-OutPar e PoIF-Cat no lado de cima do eixo e a categoria PoIF-Não no lado de baixo do eixo.

Na parte superior do eixo estão os políticos com formação tais como Economia, Psicologia, Turismo, Arquitetura e Urbanismo ou em áreas da educação e que concluíram a formação entre os anos sessenta e oitenta, todos em instituições particulares de ensino. Na parte inferior do eixo há os políticos que não têm formação superior ou que cursaram Direito, com formação em 1987. As informações não foram suficientes para gerar dados estatísticos sobre as instituições de formação. Mesmo que nessas categorias os políticos do lado superior do eixo tenham cursado o ensino superior em instituições particulares, isso não os aproxima dos

políticos do lado inferior do eixo, pois o acesso ao ensino superior nas décadas de sessenta e setenta era um privilégio mesmo que em instituições particulares.

A variável "Início da carreira" (PO IC) tem as categorias PoIC97-98 e PoIC10-13 na parte superior do eixo e as categorias PoIC82, PoIC83 e PoIC90 na parte inferior do eixo. Nessa variável quem está na parte superior do eixo iniciou a carreira mais recentemente em relação a quem está na parte inferior do eixo em que boa parte iniciou a carreira na década de oitenta.

Na variável "Como iniciou" (PO CI), as categorias PoCI-DpOut e PoCI-AtuSin estão no lado de cima do eixo e as categorias PoCI-PfInTO e PoCI-Ver no lado de baixo do eixo. Os políticos que estão do lado de cima do eixo iniciaram a carreira como deputado federal, prefeito de Palmas ou secretário de Estado. Os que iniciaram a carreira em atuação sindical, esse início foi em sindicato patronal ou rural. Em oposição a eles estão os políticos do lado de baixo do eixo que iniciaram a carreira como prefeito do interior do Tocantins ou como vereador.

As variáveis seguintes são referentes à carreira política e estão divididas em dois blocos. No primeiro bloco, as variáveis referentes aos mandatos eletivos exercidos pelos políticos dessa pesquisa, no segundo bloco as variáveis referentes aos cargos não eletivos na esfera pública que os mesmos exerceram ao longo de sua carreira.

A variável "Exerceu mandato de Vereador" (PO VER) tem a categoria PoVerPal na parte superior do eixo e a categoria PoVerOuMun na parte inferior do eixo. Enquanto na variável "Exerceu mandato de Prefeito" (PO PF) somente a categoria PoPF-OuMul3 contribui na formação desse eixo e está posicionada no lado de baixo do eixo. Já a variável "Exerceu mandato de Deputado Federal" (PO DP FED) tem apenas a categoria PoDpFed2 na parte superior do eixo.

Essas variáveis demonstram que os políticos que estão na parte superior do eixo, exerceram ao longo de sua carreira política mandato de vereador na capital e mais de um mandato de deputado federal. Enquanto os políticos da parte inferior do eixo exerceram mandato de vereador em outros municípios e mandato de prefeito no interior do Tocantins.

Ainda em relação à carreira, o próximo bloco traz as variáveis referentes aos cargos não eletivos na esfera pública que os políticos ocuparam ao longo de sua carreira. Aqui temos a variável "Ocupou cargo na esfera municipal" (PO CM) com a categoria PoCM-Palmas no lado de baixo do eixo e a categoria PoCM-PnGu no lado de cima do eixo. E a variável "Ocupou cargo na esfera estadual" (PO CE) com somente a categoria PoCE-EdSaEs na parte superior do eixo.

Na parte superior do eixo estão os políticos que ao longo de sua carreira exerceram cargo não eletivo em Palmas, na esfera municipal, ou foram secretário de Estado, na esfera estadual,

ocupando secretarias técnicas como Educação ou Saúde. Em oposição aos políticos que estão na parte inferior do eixo que exerceram cargo não eletivo somente na esfera municipal, porém não foi na capital.

Sobre o partido de início da carreira política e o partido atual em que o político está filiado temos as variáveis "Partido de início" (PO PI) com a categoria PoPI-Out na parte superior do eixo e as categorias PoPI-Pfl e PoPI-Pmdb na parte inferior do eixo. E a variável "Partido atual" (PO PA) que apresenta a categoria PoPA-Out no lado de cima do eixo e as categorias PoPA-Pl e PoPA-Pmdb no lado de baixo do eixo.

Essas variáveis revelam uma carreira em que os políticos que se encontram mais acima no eixo vertical iniciaram a carreira em partidos de ideologias mais conservadoras e permanecem nesse campo ideológico, porém mudam muito de partido, em oposição aos políticos que se encontram mais abaixo no eixo que iniciaram a carreira em partido de ideologia menos conservadora e mudam menos de partido.

Esse último conjunto de variáveis do eixo vertical diz respeito à família dos políticos e suas atividades políticas no antigo Norte de Goiás, antes da divisão do Estado, em outras cidades do Brasil e no Tocantins.

A variável "Família com cargo eletivo no Norte de Goiás" (FP CNG) tem a categoria FpCNG-Não no lado superior do eixo e as categorias FpCNG-EspSo e FpCNG-ItPt no lado inferior do eixo. Enquanto a variável "Família mandato eletivo no Norte de Goiás" (FP MNG), traz a categoria FpMNG-Não na parte de cima e as categorias FpMNG-Ver e FpMNG-VerOut na parte de baixo do eixo. Aqui temos somente os políticos da parte inferior do eixo com algum membro da família, tais como esposa, sogro, pai ou tio exercendo mandato eletivo de vereador, prefeito ou vice-prefeito no antigo Norte de Goiás.

Na variável "Família com cargo eletivo em outras cidades do Brasil" (FP CEB), somente a categoria FpCEB-IrmPri contribui para a formação desse eixo e está na parte inferior dele. De forma igual aqui somente os políticos da parte inferior do eixo tem algum membro da família exercendo mandato eletivo em alguma cidade do Brasil, porém esse número não foi suficiente para gerar dados estatísticos sobre quais cargos exerceram mandatos.

A variável "Família cargo eletivo no Tocantins" (FP CET) tem na parte inferior do eixo as categorias FpCET-EspOut e FpCET-SobTio. E a variável "Família mandato eletivo no Tocantins" (FP MT) tem a categoria FpMT-Ver na parte superior do eixo e as categorias FpMT-DpEst e FpMT-VerOut na parte inferior do eixo. Aqui também somente os políticos da parte inferior do eixo tem algum membro da família tais como esposa, filho, irmão, sobrinho ou tio exercendo mandato eletivo de deputado estadual, vereador ou vice-prefeito no Tocantins.

Assim como o eixo horizontal, o eixo vertical também revela de forma nítida duas carreiras distintas. Em relação ao local de nascimento dos políticos deste campo, percebe-se a oposição entre o antigo Sul e Norte de Goiás. Assim na parte superior do eixo temos uma carreira relacionada ao Sul em oposição a carreira dos políticos da parte inferior do eixo que está relacionada ao Norte.

A origem social também é distinta nesse eixo, posicionando na parte superior do mesmo os políticos que têm origem familiar mais abastada, com pais com formação superior, o pai quando empregado é servidor público como professor, delegado ou sargento militar e a mãe desenvolve atividades intelectuais tais como psicóloga, advogada, enfermeira ou professora. Aqui também estão os políticos que tiveram mais acesso ao ensino superior. Com mais volume de capital social os políticos deste lado do eixo iniciaram a carreira política como deputado federal, prefeito de Palmas ou secretário de Estado.

Em oposição está a carreira dos políticos que estão na parte inferior do eixo, de origem familiar mais humilde seus pais com formação escolar com ensino fundamental ou médio, pai não empregador e mãe que desenvolve atividades manuais tais como rendeira, artesã ou doceira ou é dona de casa. Com menos capital social, os políticos deste lado do eixo iniciaram a carreira como prefeito do interior do Tocantins ou como vereador.

5.7 Análise ACM

Na ACM, os dados foram apresentados por meio de vinte e sete variáveis ativas, conforme quadro abaixo, onde a dimensionalidade está ligada à categoria de cada variável.

Quadro 6 - Quadro das variáveis ativas

Eixo horizontal: origem social	**Eixo vertical: capital social**
Idade *(PO IDADE)*	Idade *(PO IDADE)*
Gênero *(PO GEN)*	Gênero *(PO GEN)*
Local de Nascimento *(PO LN)*	Local de Nascimento *(PO LN)*
Cor da pele *(PO CP)*	Cor da pele *(PO CP)*
Escolaridade do pai *(PP ESC)*	Escolaridade do pai *(PP ESC)*
Pai empregador *(PP EPD)*	Pai empregador *(PP EPD)*
Pai empregado *(PP EMP)*	Pai empregado *(PP EMP)*
Principal ocupação do pai *(PP OCP)*	Principal ocupação do pai *(PP OCP)*
Escolaridade da mãe *(MP ESC)*	Escolaridade da mãe *(MP ESC)*
Principal ocupação da mãe *(MP OCP)*	Principal ocupação da mãe *(MP OCP)*
Político ensino superior *(PO ES)*	Político ensino superior *(PO ES)*
Conclusão do ensino superior *(PO CES)*	Conclusão do ensino superior *(PO CES)*

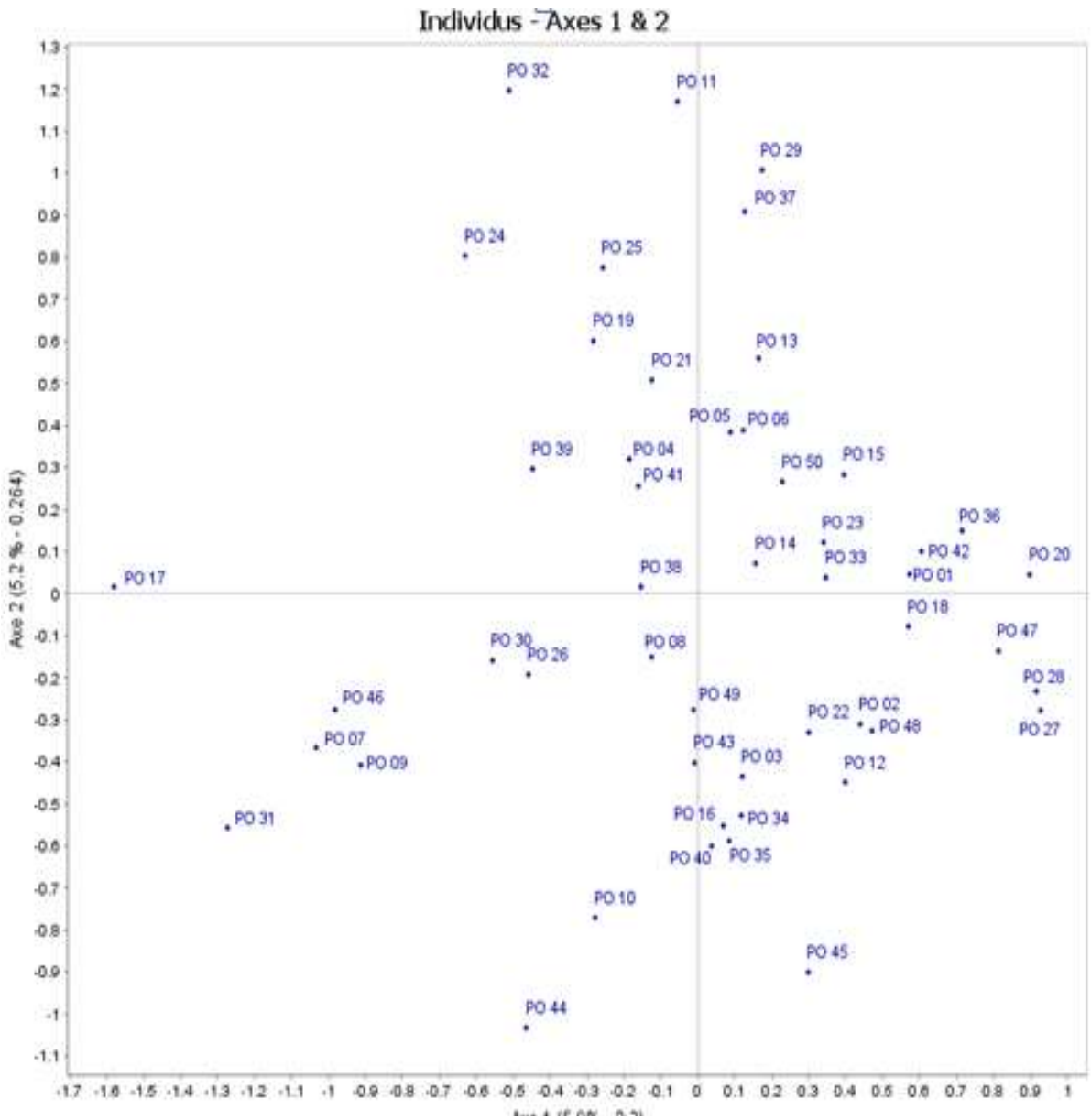
Instituição de formação *(PO IF)*	Instituição de formação *(PO IF)*
Início da carreira *(PO IC)*	Início da carreira *(PO IC)*
Como iniciou *(PO CI)*	Como iniciou *(PO CI)*
Exerceu mandato de Vereador *(PO VER)*	Exerceu mandato de Vereador *(PO VER)*
Exerceu mandato de Prefeito *(PO PF)*	Exerceu mandato de Prefeito *(PO PF)*
Exerceu mandato de Deputado Federal *(PO DP FED)*	Exerceu mandato de Deputado Federal *(PO DP FED)*
Exerceu mandato de Deputado Estadual *(PO DP EST)*	Ocupou cargo na esfera municipal *(PO CM)*
Ocupou cargo na esfera estadual *(PO CE)*	Ocupou cargo na esfera estadual *(PO CE)*
Partido de início *(PO PI)*	Partido de início *(PO PI)*
Partido atual *(PO PA)*	Partido atual *(PO PA)*
Família com cargo eletivo no Norte de Goiás *(FP CNG)*	Família com cargo eletivo no Norte de Goiás *(FP CNG)*
Família mandato eletivo no Norte de Goiás *(FP MNG)*	Família mandato eletivo no Norte de Goiás *(FP MNG)*
Família com cargo eletivo em outras cidades do Brasil *(FP CEB)*	Família com cargo eletivo em outras cidades do Brasil *(FP CEB)*
Família mandato eletivo em outras cidades do Brasil *(FP MBR)*	Família cargo eletivo no Tocantins *(FP CET)*
Família cargo eletivo no Tocantins *(FP CET)*	Família mandato eletivo no Tocantins *(FP MT*
Família mandato eletivo no Tocantins *(FP MT)*	

Fonte: Autor, 2020.

Embora quase todas as variáveis se repitam na formação tanto do eixo horizontal quanto do vertical, a contribuição de cada uma delas não é igual na formação destes.

Segundo Bertoncello (2016), os dados da tabela de contingência multidimensional são ajustados na forma de uma matriz retangular em que as linhas representam os objetos de estudos, e as colunas representam as categorias de todas as variáveis. As relações entre as variáveis e suas modalidades podem ser visualizadas por meio das *distâncias relativas* que as separam na chamada "nuvem de modalidades" (*cloud of modalities*) formada pelo cruzamento entre eixos do espaço de correspondências, conforme figura abaixo.

Figura 2 - Campo político do Tocantins e posição dos agentes



A figura acima representa graficamente o campo político pesquisado e a posição de cada agente desta pesquisa. Segundo Bourdieu (1989), um campo representa um conjunto de relações objetivas entre as posições, fundamentado em certas formas de poder. Ele é resultado dos dois eixos que foram formados a partir de um conjunto de variáveis. O eixo horizontal, origem social, posicionou os políticos no lado direito e no lado esquerdo do eixo, enquanto o eixo vertical, capital social, os posicionou na parte superior e inferior do eixo.

Aqui é possível ver uma divisão nítida no campo político, em melhor posição - lado esquerdo - estão os herdeiros dos capitais político, econômico, social e escolar. Para Bourdieu (1989), o conceito de capital vai além do acúmulo de bens e riquezas econômicas, representa

uma ampliação de poder e se manifesta na atividade social. É ele quem vai justificar as lutas travadas no interior do campo. Assim a posição de cada político nesse campo é estabelecida pelo volume que cada um tem desses capitais.

No lado esquerdo do eixo está a carreira que leva à elite do campo. Nesse lado do eixo estão os políticos de origem familiar mais abastada com pais com melhor formação escolar, em sua maioria ensino médio e superior, pai empregador e mãe que desenvolve atividade intelectual. São herdeiros de capital político, pois sua família tem atuação política na região antes da divisão do Estado ou em outras cidades do Brasil. A família, segundo Grill (2017, p. 143), além de ser o "berço da aquisição de um sistema de disposições que define princípios de visão e classificação do mundo social" é também "uma instância catalisadora e (re)distribuidora de um patrimônio coletivo, exigindo empenhos dos seus membros na adoção de estratégias de reprodução com vistas à sua continuidade".

Nesse lado do eixo temos os políticos que foram preparados para a elite do campo. Essa posição é explicada pelo conceito de capital simbólico (BOURDIEU, 1989) que possibilita medir o prestígio ou o carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. O capital simbólico permite que um indivíduo desfrute de uma posição de destaque frente a um campo. Por ser um tipo de capital cuja posse permite um *reconhecimento imediato da dominação do indivíduo que o possui sobre os demais indivíduos do campo* (BOURDIEU 1989, p. 14, grifo do autor). Esse reconhecimento se materializa no cargo eletivo do início da carreira, pois aqui estão os políticos que iniciaram a carreira em cargos de mais prestígio político tais como prefeito de capital ou deputado federal.

Esse lado do eixo também refuta a primeira hipótese dessa pesquisa de que "o recrutamento para a elite política do Tocantins acontece mais ao Norte do Estado, desta forma Araguaína, que é a maior cidade do Norte do Estado, é um dos principais locais de recrutamento desta elite". A distribuição no eixo horizontal deixou explícito que os políticos deste lado do eixo nasceram em Goiânia ou cidades do interior de Goiás e quando nascidos no Tocantins, nasceram em cidades relacionadas ao antigo Sul de Goiás. Nesse lado do eixo estão os políticos que iniciaram a carreira em cargos eletivos ou na capital ou em nível estadual, como deputado federal, por exemplo, e mesmo quando iniciados em cargos não eletivos, esse início foi em secretarias técnicas estaduais. A carreira que tem mais relação com o Norte do Estado está no lado direito do eixo, que não conduz à elite do campo.

Outro ponto relacionado aos políticos deste lado do eixo que merece destaque é em relação ao partido de início e partido atual. Para Bourdieu (1989), a posição justifica a tomada de posição. Assim por terem mais volume de capitais e estarem posicionados mais na elite do

campo, iniciaram a carreira política em partidos de ideologia mais conservadora, centro-direita ou direita, tais como Arena, PSD ou PMDB e são menos fiéis aos partidos.

Em oposição a essa carreira do lado esquerdo do eixo, que conduz à elite campo, está a carreira dos políticos que estão do lado direito do eixo, que não conduz à elite, mas possibilita o acúmulo de capitais. Bourdieu (1989) aponta que os indivíduos que ocupam posições mais baixas no espaço social têm pouca possibilidade de ascensão (de chegar à elite) mesmo que existam esperanças de que capitais sejam agregados, como pela via escolar. Essa impossibilidade não é fruto de características que são inerentes a esses agentes, mas é condicionada pela própria oferta que é dirigida a essa posição inferior no meio social.

Nesse lado do eixo estão os políticos de origem familiar mais humilde, com pais com baixa escolaridade, ensino primário e fundamental, em sua maioria. Pai empregado em atividade rural e mães que ou desenvolvem atividades manuais, tais como costureira, rendeira ou doceira, ou são donas de casa. Os políticos desse lado do eixo têm uma relação com o antigo Norte de Goiás, sendo essa região o local de nascimento de muitos ou em cidades dos Estados do Maranhão ou Piauí que são próximas à divisa com o Tocantins.

Em relação ao início da carreira, os políticos do lado direito do eixo iniciaram a carreira em cargos eletivos de menos prestígio político, tais como prefeito de cidades do interior do Estado ou vereador também em cidades do interior, e quando ocuparam cargo não eletivo, esses também foram na esfera municipal em cidades do interior. Como quase não herdaram capital simbólico precisam acumulá-lo, por isso estão em partidos mais progressistas e também são mais fiéis aos partidos.

A partir dessa distribuição no espaço geométrico é possível ver o espaço da elite política do Tocantins. Ele é formado pelos políticos que estão no quadrante superior à esquerda do eixo horizontal. Ali estão os políticos que herdaram capital simbólico e ampliaram esse capital. É nesse quadrante que estão os políticos que ocupam os cargos de maior prestígio político, tais como senador ou deputado federal que, segundo Miguel (2003), é a elite do campo.

Entendemos a comunicação também como um capital simbólico, dessa forma incluímos um conjunto de variáveis que tinham como objetivo verificar o peso relativo desse capital na movimentação dentro do campo político. Porém, conforme as respostas obtidas, não foi possível gerar dados estatísticos suficientes para contribuir na formação dos eixos dessa análise.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar o espaço da elite política do recém-criado Estado do Tocantins. Não se tencionou esgotar a temática. Inicialmente fizemos um breve percurso histórico para entender os motivos que levaram à oposição entre as antigas regiões Norte e Sul de Goiás, pois essa oposição é um dos pontos que motivou o discurso autonomista do Tocantins e que resultou na separação do Estado de Goiás e criação do Estado do Tocantins em 1988.

Compreender esse processo nos permitiu também entender melhor a dinâmica atual da política tocantinense e assim fomos mais assertivos no momento de construir o questionário. A revisão da literatura sobre elite política permitiu que esse questionário contivesse algumas variáveis que são comuns nas elites políticas do Brasil. Ele foi a base para construção da ACM. A análise da ACM revelou uma elite em que seus atores estão relacionados, direta ou indiretamente, com a dinâmica política nessa região antes da criação do Estado e também uma elite que não se distancia das outras elites políticas de outros Estados brasileiros.

Inicialmente queríamos captar a origem social desta elite e também entender a trajetória individual de seus membros, pois trajetórias semelhantes tendem a conduzir à posição semelhante dentro do campo político e, dessa forma, conseguiríamos ter uma compreensão do todo em relação a esse campo. A teoria de Pierre Bourdieu foi a lente que utilizamos para distinguir e explicar as dinâmicas ocorridas dentro do campo e como essas trajetórias que ora se cruzam, ora se distanciam explicam como se formou essa elite.

Conseguimos isso aplicando um questionário aos políticos selecionados. É importante ressaltar que a seleção desses políticos foi feita utilizando o método posicional em que a elite, neste método, é definida a partir das pessoas que ocupam as posições formais de mando do campo pesquisado. Assim definimos o mandato eletivo como posição formal de mando nesse trabalho. Só fizeram parte quem exerceu mais de um mandato eletivo no Tocantins entre as eleições de 1988 (criação do Estado) e 2016 (última eleição antes de iniciar a pesquisa). Após esse filtro, restaram 78 políticos que formaram a população desta pesquisa. Destes, 6 são falecidos. Assim enviamos o questionário para os demais 72 e 50 responderam. Esses respondidos foram suficientes para formar o eixo horizontal (origem social) e o eixo vertical (capital social) resultado da ACM.

A análise desses eixos revelou duas carreiras distintas, uma no lado esquerdo do eixo, que conduz à elite, e outra no lado direito que não conduz à elite. A nossa hipótese era de que as trajetórias que conduzissem à elite estariam relacionadas aos políticos do Norte do Tocantins.

Assim esperávamos ver essas trajetórias no lado esquerdo do eixo. Porém a ACM não comprovou essa hipótese revelando que as trajetórias dos políticos associados ao Norte estão posicionadas no lado direito do eixo e que não conduzem à elite.

As trajetórias dos políticos que hoje ocupam o espaço da elite são as relacionadas ao lado esquerdo do eixo. Nesse lado do eixo estão os políticos que partilham valores semelhantes, como ideologia mais conservadora, famílias com tradição na política entre outras que demonstramos na análise.

A elite revelada foi preparada para ser elite. Os membros são, em sua maioria, os filhos de políticos do antigo Sul de Goiás ou filhos de membro de alguma elite, ou econômica ou cultural, tanto de Goiânia quanto de cidades do interior de Goiás (antigo sul de Goiás). Como parte dessa formação para a elite, podemos apontar a origem social mais abastada que permitiu o acesso às universidades públicas, e a convivência no meio político que possibilitou ocupar cargo não eletivo na esfera estadual. Desse modo, quando o indivíduo inicia a carreira política dele, começa disputando os cargos de maior prestígio político. Deputado federal é um exemplo desses cargos.

O estudo das elites políticas permitiu a esta pesquisa compreender que a dinâmica política dentro desse campo político é uma reprodução de outras dinâmicas ocorridas em outros campos políticos. Mesmo que não seja em sua integralidade, a trajetória dos políticos desta elite não difere muito de outras trajetórias em outros campos políticos. Assim é possível entender que ao olhar para o campo político de um Estado do Norte do país, na verdade estamos olhando para uma parte de um campo maior que é o campo político brasileiro.

Bourdieu (1989) fala da luta que acontece dentro do campo em busca de posições de destaque, ou seja, o campo não é estático. Desse modo, há espaço para novas pesquisas sobre a elite política do Tocantins. Nessa pesquisa somente quem exerceu mandato eletivo foi objeto, porém dentro do campo político tocantinense existem muitos políticos que mesmo não exercendo mandato eletivo exercem influência política. Assim entendemos que novas pesquisas podem contribuir para a compreensão de todas as especificidades dessa jovem elite política tocantinense. Entendemos que compete às instituições de pesquisa, especificamente à Universidade Federal do Tocantins (UFT), a realização de novos trabalhos que possam revelar essas especificidades.

REFERÊNCIAS

BERTONCELO, Edilson. **Uso da Análise de Correspondências Múltiplas nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos.** Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, de 24 a 28 de outubro de 2016, em Caxambu - MG.

BONNET, P, LEBARON, F; LE ROUX, B. L´espace cultureal français. In: LEBARON, F. LE ROUX, B. **La méthodologie de Pierre Bourdieu en action**: espace culturel, espace social et analyse des données. Paris: Dunod, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2ª reimpr da 6ª ed. 2005.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Política**. (5) Jul 2011. (Dossiê "Dominação e Contra-poder”)**.** https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 65-69.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Tradução Magali de Castro. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 71-80

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. pp. 71-79.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996

CAIXETA. Vera Lúcia. **Médicos, padres, sertões**: o Norte de Goiás no relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna e nas narrativas de seus interlocutores goianos (1916-1959). (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011

CAVALCANTE, Maria do E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CODATO, A. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In.: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.p. 15-32.

CORADINI, Odaci Luiz. **Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas**: Tendências recentes no Brasil. 2006.

CZUDNOWSKI, M. M. 1975. Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: a Model and a Case Study. **Midwest Journal of Politcal Science**, vol. 14, n. 02, p. 216-248, May.

DAHL, Robert A. **Who governs? Democracy and power** in an American city. New Haven, Yale University Press. 1961.

DUMA, Jean. Sobre as elites: abordagem historiográfica. Tradução Flávio M. Heinz. **Revista História**. São Leopoldo: UNISINOS, v. 07, nº 08, p. 89 -103, 2003.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GAXIE, Daniel. **As lógicas do recrutamento político**. 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRILL, Eliana Tavares dos Reis e Igor Gastal. **Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil**. 2016.

GRYNSZPAN, Mario. **A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada.** B1B, Rio de Janeiro, n. 41, 1, semestre de 1996, pp. 35-83.

HEINZ, Flávio M. **Considerações acerca de uma história das elites**. Revista Logos (ULBRA). Canoas: v. 11, nº 01, maio, p. 41-52, 1998.

KLÜGER, Elisa. **Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação.** BIB**,** São Paulo, n. 86, 2/2018 (publicada em outubro de 2018), pp. 68-97

MALTEZ, José Adelino. **Princípios de Ciência Política**: Introdução à Teoria Política. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Capital Político e Carreira Eleitoral**: Algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. 2003.

MIGUEL, Luiz Felipe. Discurso, meios e vínculo eleitoral. **UNIrevista** (UNISINOS. Online), São Leopoldo, v. 3, n.1, p. 1-9, 2006.

MILLS, C. Wright. **A elite do Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

NORRIS, Pippa. **Recrutamento Político**. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/02.pdf. Acesso em: 1 set. 2019.

OLIVEIRA, J. M. M. **Estratégias separatistas e ordenamento territorial**: a criação de Palmas na consolidação do Estado do Tocantins. 2012. 295f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15955/1/t.pdf. Acesso em: 01 jan. 2019.

OLIVEIRA, Nilton Marques. **Transição do Norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins**. 2018.

PALACÍN, Luis G. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás**: Padre João e as três revoluções de Boa Vista. São Paulo: Loyola, 1990.

PEDROSO NETO, Antônio J. **O espaço dos jornalistas da economia brasileiros gerações, origem social e dinâmica profissional**. *Revista Pós Ciências Sociais*, UFMA, v. 12, 2015.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SAES, D.A.M. **Uma contribuição à crítica da teoria das elites**. Revista de Sociologia e Política, Nº 3, 1994. p.7-19. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39376/24193. Acesso em: 15 jan. 2020

SILVA, José Otacílio. **A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu**. 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

APÊNDICES A - QUESTIONÁRIO

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS:

Ano de nascimento: ..... (____).

Local de nascimento, cidade/Estado: ..... (_____).

Raça/etnia/cor da pele: ..... branca(__) ..... negra(__) ..... outra(__), qual(_____).

Estado civil: ..... solteiro(__) ..... casado(__) ..... divorciado(__) ..... outro(__).

Religião: ...católico (__) ...protestante (__) ....outra (__), qual (_____)

Qual é a **escolaridade** do seu **pai**? (ele completou uma das alternativas abaixo?)

› 4ª série, ensino **primário**(__) ..... 8ª série, ensino **fundamental**(__) ..... colegial, técnico, semelhante, ensino **médio**(__) ..... curso superior, ensino **superior**(__).

Qual era/é a principal **ocupação/trabalho** que seu **pai** exerceu/exerce?

Empregador? ..... não(__) ..... sim(__).

› caso sim: .... indústria(__) .... agricultura/pecuária(__) .... serviço/comércio/finança(__) .... outro(__).

Empregado? ..... não(__) ..... sim(__).

› caso sim: .... indústria(__) .... agricultura/pecuária(__) .... serviço/comércio/finança(__)....funcionalismo público(__). .... outro(__).

› seu trabalho era/é predominantemente: ..... intelectual(__) ..... técnico(__) ..... manual/braçal(__).

Profissional liberal? ..... não(__) ..... sim(__). Caso sim, (_____) Ex. médico, advogado, etc.

Em termos nominais qual era/é a ocupação principal do seu pai?

› (_____) Ex. pedreiro, agricultor, gerente, empresário, fazendeiro, advogado, etc.

Qual é a **escolaridade** da sua **mãe**? (ela completou uma das alternativas abaixo?)

› 4ª série, ensino **primário**(__) ..... 8ª série, ensino **fundamental**(__) ..... colegial, técnico, semelhante, ensino **médio**(__) ..... curso superior, ensino **superior**(__).

Em termos nominais qual era/é a ocupação principal da sua mãe?

› (_____) Ex. professora, “dona de casa”, empregada doméstica, advogada, médica, etc.

Você completou **curso superior**? ..... não(__) ..... sim(__).

› caso **sim**, qual curso?(_____) ..... Em qual ano?(____) ..... Em qual instituição?(_____).

› concluiu outro curso superior (qual curso/ano/instituição)?(_____).

Completou **outros cursos** que julgue importantes para sua atuação política?

..... não(__) ..... sim(__).

› caso **sim**, qual curso?(_____) ..... Em qual ano?(____)

INFORMAÇÕES SOBRE A CARREIRA POLÍTICA:

Em que **ano** você **iniciou** na carreira **política** (ou exercendo mandato eletivo ou exercendo cargo de confiança ex. secretário, presidente de autarquia, etc)?(_____).

Iniciou **como**:

› vereador(__) ..... deputado estadual(__) ..... deputado federal(__) ..... prefeito(_____).

Secretário de município (__) .... Secretário estadual (__)..... Outros (_____)

Se o ano de início na carreira política for antes da criação do Estado do Tocantins:

- Exerceu algum mandato eletivo no Norte de Goiás? ....sim (__) ....não (__)

Se sim:

...Deputado Federal (__) .... Deputado estadual (__) ....Prefeito (__) ....Vereador (__).... Outro (_____)

- Exerceu algum mandato eletivo em outra região de Goiás? ....sim (__) ....não (__)

Se sim:

...Deputado Federal (__) .... Deputado estadual (__) ....Prefeito (__) ....Vereador (__).... Outro (_____)

Você exerceu mandato eletivo em algum outro Estado antes de vim para o Tocantins? ...sim (__) ....não (__)

Você já exerceu **mandato eletivo** de:

- vereador em Palmas (__) quantos mandatos (___)/ ...vereador em Araguaína (__) quantos mandatos (___)/ ...vereador em Gurupi (__)quantos mandatos (___)/...vereador em algum outro município do Tocantins (__)quantos mandatos (___).
- prefeito em Palmas (__) quantos mandatos (___)/... prefeito em Araguaína (__) quantos mandatos (___)/ ... prefeito em Gurupi (__) quantos mandatos (___)/ ... prefeito em algum outro município do Tocantins (__) quantos mandatos (___)
- governador (__) quantos mandatos (___)/.... senador (__) quantos mandatos (___)/ .... deputado federal (__) quantos mandatos (___)/ ....deputado estadual (__) quantos mandatos (___).

Você já ocupou/ocupa cargos/funções **não eletivas**, ou de **confiança**, na **esfera pública** (administração, autarquia, assessoria, empresa, etc.)? ..... não(__) ..... sim(__).

› sim, na esfera **municipal**(__) ..... qual cargo/função(_____) ..... em qual município(_____).

› sim, na esfera **estadual**(__) ..... qual cargo/função(_____)

› sim, na esfera **federal**(__) ..... qual cargo/função(_____)

› sim, **outro**(__) ..... qual cargo/função(_____) ..... onde(____).

Qual o seu Estado civil quando iniciou na carreira política?

...solteiro (__) ....casado (__).... outro (_____)

INFORMAÇÕES SOBRE ATUAÇÃO SINDICAL OU EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAL:

No **passado**, você foi **filiado** a algum **sindicato**? .... não(__) ..... sim(__) qual (__).

No **presente**, você é **filiado** a algum **sindicato**? .... não(__) .....sim(__) qual (__).

No **passado**, você foi membro da **diretoria** de algum **sindicato**? ..... não(__) ..... sim(__) qual (__).

No **presente**, você é membro da **diretoria** de algum **sindicato**? ..... não(__) ..... sim(__) qual (__).

No **passado**, você foi **membro** formal de alguma **associação profissional**? ..... não(__) ..... sim(__) qual (__)..

No **presente**, você é **membro** formal de alguma **associação profissional**?..... não(__) ..... sim(__) qual (__)..

No **passado** você já foi dirigente de alguma instituição do sistema S? ?..... não(__) ..... sim(__) qual (__)..

No **presente** você é dirigente de alguma instituição do sistema S? ?..... não(__) ..... sim(__) qual (__)..

INFORMAÇÕES SOBRE ATUAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA:

Você iniciou a carreira política em qual **partido político**? (_____).

Atualmente você está filiado em qual **partido político**?(_____).

Em quantos **partidos políticos** você já foi filiado? Somente 1 (__)...de 2 a 4 (__)... mais de 5 (__)

Nos partidos pelos quais passou, você **foi**:

...presidente de juventude....sim (__)...não(__)

...presidente de algum outro movimento partidário (ex: mulher, negro, etc)... sim (__),,,, não (__)

...presidente de diretório municipal ....sim (__),,,, não (__)

...presidente de diretório estadual ....sim (__) ....não (__)

...membro da executiva municipal ... sim (__),,,, não (__)

...membro da executiva estadual... sim (__),,,, não (__)

...membro da executiva nacional ... sim (__),,,, não (__)

INFORMAÇÕES SOBRE FAMÍLIA:

- Você tem/tinha **parente que exerceu mandato eletivo** no Norte de Goiás?

› pai(__)/mãe(__) ..... irmão(__)/irmã(__) ..... tio(__)/tia(__) ..... esposo(__)/esposa(__) ..... sogro(__)/sogra(__) ..... nenhum(__) ..... outro(_____).

Caso positivo, qual cargo exerceu (_____)

- Você tem/tinha **parente que exerceu mandato eletivo** em outro Estado brasileiro?

› pai(__)/mãe(__) ..... irmão(__)/irmã(__) ..... tio(__)/tia(__) ..... esposo(__)/esposa(__) ..... sogro(__)/sogra(__) ..... nenhum(__) ..... outro(_____).

Caso positivo, qual cargo exerceu (_____)

- Você tem/tinha **parente que exerceu mandato eletivo** aqui no Estado do Tocantins?

› pai(__)/mãe(__) ..... irmão(__)/irmã(__) ..... tio(__)/tia(__) ..... esposo(__)/esposa(__) ..... sogro(__)/sogra(__) ..... nenhum(__) ..... outro(_____).

Caso positivo, qual cargo exerceu (_____)

INFORMAÇÕES SOBRE COMUNICAÇÃO:

- No **passado**, você já trabalhou em algum veiculo de comunicação?

Emissora de rádio (__) qual função/ ocupação (_____)....Emissora de TV (__) qual função/ ocupação (_____).... Jornal impresso (__) qual função/ ocupação (_____) ....Revista (__) qual função/ ocupação (_____).... Portal de notícias (__) qual função/ ocupação (_____) ...Outros (_____) qual função/ ocupação (_____)...Não trabalhou (__)

- Você já teve/tem algum veículo de comunicação?

....emissora de rádio (__)....emissora de TV (__).... jornal impresso (__) ....revista (__).... portal de notícias (__) ...outros (_____)...não teve/tem (__)

- Você já exerceu o cargo de:

...Secretário de comunicação municipal (__)...Secretário de comunicação estadual (__) ...Diretor de comunicação em algum outro setor (__) qual(_____)

- **Em relação às redes sociais...**em quais destas redes você possui perfil:

...facebook (__).... twitter (__).... Instagram (__).... outras (_____)